



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA-PLANO DIRETOR

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/12/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Boa noite a todos. Muito obrigado pela presença de vocês. É muito bom chegar ao CEU Pêra Marmelo e ver que mais uma vez a comunidade se reuniu. O pessoal diz para eu vir aqui porque ficamos na luz e quando ficamos na luz todos nos veem. Para vocês verem como é boa a luz para todos.

Agradeço primeiramente ao Carlinhos, esse Subprefeito que é um parceiro, uma das figuras que conseguem fazer a diferença no território e temos muito orgulho de ver pessoas da comunidade ajudando no seu desenvolvimento.

Para entenderem o que faremos hoje, antes de sentarmos aqui atrás, porque senão sentamos como autoridades e quase perdemos a razão por estarmos próximos, não muda muito estar do lado de cá ou de lá, viemos hoje tentar entender como a Cidade pode ser melhor para todos. Não é para ser “o bom” quem está do lado da Mesa ou do lado de cá de quem quer fazer a Cidade boa. Todos estão do mesmo lado.

Agradeço à equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano que, ao longo desses últimos 11 meses, vem fazendo esforço verdadeiro para que interpretemos de verdade a Cidade, o que achamos que possa ser o destino que temos de revelar para os nossos filhos e netos de maneira que nos orgulhemos dela. Vi debates tensos em que as pessoas quase se acusavam para ver quem tinha a sabedoria para aquele ponto principal, para dizer se é melhor assim para os nossos herdeiros ou não.

Quero agradecer muito à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fez isso até agora imaginando que podemos de verdade ter uma Cidade melhor. Esse espaço do território da Cidade, a zona Noroeste, tem uma característica muito diferente de todas as outras. A população de envolveu desde sempre no seu desenvolvimento. Por isso, o nosso espaço aqui está revelado por muita gente que está na galeria, mas muita gente que está do lado de fora também. Isso não é de hoje, é de sempre.

Então, ficamos muito à vontade, Geraldo, para falar que vamos contar, mas vamos

escutar muito. Chegamos num momento melhor do que o tempo de contar, ou seja, num momento em que os nossos conselheiros participativos estão eleitos. Não é só um momento de querer dizer como será melhor. É um momento de saber que os nossos conselheiros poderão contar também como pode ser melhor. E isso faz diferença para nós.

Não sou vereador situacionista, não fui eleito pelo Prefeito Haddad, mas tenho de contar para cada um de vocês, que tem feito um esforço diário para fazer a Cidade melhor. Não posso ser hipócrita de não contar isso a vocês. Tenho a certeza de que tem feito um esforço muito grande para que a Cidade seja melhor a cada dia do trabalho dele e do nosso. E isso não tem sido diferente desde o dia em que assumiu o cargo. Senão acreditamos que vale uma crítica num momento em que se passa uma dificuldade. Isso vale para os fracos, mas não para nós. Temos de fazer a Cidade melhor a cada dia, não porque passamos dificuldades, mas porque a Cidade tem de ser melhor para os que mais precisam dela.

Hoje é um dia importante, não só para Pirituba, mas para as zonas Norte e Oeste da Cidade. Parte do desenvolvimento do País passa por aqui. Quando olhamos por cima do Brasil, vemos que parte do desenvolvimento de todo o Hemisfério Sul passa por aqui. É um pouco sobre isso que temos de discutir, como fazer para que um pedacinho desse desenvolvimento gere alegria e Cidade equilibrada para nós que moramos aqui, para quem busca ainda uma habitação de qualidade ou sonha em ter um CEU igualzinho a esse e ainda não tem. É um dos mais antigos e isso deve nos orgulhar, não tirar o orgulho de quem acha que tem de ter CEU para todos.

Falo isso porque vejo amigos daqueles que começaram há muito tempo e estão aqui hoje para dividir um pouco essa diferença do que é fazer cidade justa, sustentável e não tiveram ainda oportunidade, muitas vezes, de contar para os outros como é fazer cidade para todos.

Como passamos em alguns momentos por uma dificuldade grande de interpretar dez, 12, 15 pessoas na plateia eu quero agradecer. Voltarmos a um ambiente como esse,

repleto de amigos, que querem construir uma Cidade ainda melhor não com a gente, e sim sempre. Sempre construir uma Cidade melhor. Sei que o Carlinhos e muitos de vocês já o fazem há muito tempo.

Vejo aqueles comunistas da década de 40 e 50 e vejo um ali que faz isso há muito tempo e que nos dá orgulho, sendo um pouquinho mais novo do que esse, de dizer o seguinte: “Entregue-nos esse compromisso de fazer a Cidade melhor, que só falhamos se não tivermos vocês”. Sei que o Executivo tem dito isso numa vontade diária de falar: “Traga essa vontade de fazer a economia da Cidade, aquela economia que lá no Centro existe, que a gente só o passado via na frente do ônibus ou na frente do metrô, quando indicava a Cidade aconteça aqui”.

Precisamos definitivamente trazer a economia para a periferia, fazendo com que a vida urbana não se revele só naqueles 20, 22 espaços do Centro, mas que se revele de fato onde criamos os nossos filhos e netos na certeza que esta cidade produz direito e não diferenças entre as pessoas.

Quero começar muito diferente do que comecei todas as outras audiências públicas. Começo dizendo que o Prefeito Haddad, o Secretário Fernando de Mello Franco e a equipe dele fizeram um esforço gigantesco para ser verdadeiro o nosso sonho de Cidade justa. Vou dizer a vocês que serei um eterno combatente nos próximos dez, 12 meses para fazer com que isso aconteça no menor tempo possível.

Quero passar a palavra ao Executivo e dizer que quero ajudar, não sei como, mas sei que do lado de vocês. Então, boa reunião, boa audiência pública. Tragam o entusiasmo de renovar a Cidade. Temos de fazer essa renovação com alegria e é isso que quero trazer a vocês, a alegria de, por maior que sejam as nossas dificuldades, renovar a Cidade com alegria.

Quero assim abrir a nossa reunião dizendo que é com muita energia que quero estar do lado de vocês. Boa audiência pública, estamos chegando ao final delas, essa é a 39ª ou a 40ª, mas não podemos parar se não olharmos no olho de cada um de vocês e dizer que

se não formos capazes de fazer isso juntos, sozinhos não faremos nunca. Portanto, muito obrigado pela presença de cada um. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo Silva Diethelm, Subprefeito de Pirituba.

O SR. CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM – Boa noite. Agradeço as palavras do Neto. Apresento a Núria, representando a nossa Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que fará a explanação. Agradeço a presença de todos e vemos que já há alguns conselheiros eleitos que participarão conosco, no dia 25 de janeiro, de um trabalho novo.

É bom saber que não só os conselheiros, mas a sociedade, que durante o ano todo participou conosco das reuniões na subprefeitura estão aqui hoje também. Temos representantes da Aldeia Indígena, que este ano chegaram um pouco mais na Administração Pública.

Será muito importante acompanhar o desenrolar desse processo que a SMDU, desde o começo do ano, vem tentando juntar de maneira inteligível para todos. Há também esse trabalho na Câmara Municipal, que deverá acompanhar o andamento das votações.

Pela explanação que será feita, vocês terão uma ideia do que está previsto para a região. São muitos avanços e conforme o que o Neto falou, acompanharemos a votação, a implantação e correremos atrás da execução do Plano Diretor.

No Plano Diretor de 2002 muita do que estava previsto não foi feito, principalmente porque não houve, não digo cobrança, mas um acompanhamento em cima da sociedade tentando viabilizar a execução do que estava previsto. Havia parques lineares previstos que não foram implantados e hoje se encontram ocupados. Existe também a questão da moradia para resolver, mas tudo isso depende do acompanhamento que a sociedade dá ao que está mais ou menos delineado em lei.

Este ano teremos a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que também é importante acompanhar, porque dará os regimentos legais para pôr o Plano Diretor em uso na realidade.

Mas, é isso. Vamos começar a explanação da Núria e um novo ano de muito trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo a palavra à Sra. Núria Pardillos Vieira. Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 39ª audiência pública do PL 688/2013, Plano Diretor Estratégico.

Represento a Comissão hoje e agradeço à Núria, porque não foi somente uma gestora pública e sim uma articuladora da sociedade. O esforço que fez para que isso fosse uma verdade e chegássemos hoje não se restringiu às 38 audiências públicas. No período anterior, a Núria coordenou cada uma das reuniões feitas pelo Executivo, em especial com a sociedade. Ela conhece não só a parte executiva disso, mas o diálogo com a sociedade.

Agradecemos muito à Núria pelo que fez para chegarmos aqui hoje e termos a convicção de que fecharemos o ano com a participação ativa da sociedade, com a certeza de que contribuiu para uma diferença fundamental ao que estará na nova lei de desenvolvimento da Cidade. Muito obrigado, Núria. A palavra está com você.

A SRA NÚRIA PARDILLOS VIEIRA – Obrigada, Vereador. Obrigada, Carlos, Subprefeito. Boa noite a todos e todas. Alguns de vocês já me conhecem, vários de vocês já participaram das nossas audiências e das nossas oficinas. Quem são os conselheiros eleitos nesse último final de semana? (Palmas) Muito bem. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Fiquem de pé os novos conselheiros eleitos para que todos os vejam. Muito obrigado, conselheiros.

A SRA. NÚRIA PARDILLOS VIEIRA – Parabéns a todos vocês, porque a eleição foi densa. Houve um número significativo de pessoas que votaram.

Serei breve, porque essa audiência tem um sentido um pouco parecido com o que fizemos no Executivo, que é o de escutá-los. Então, não é para ficarmos aqui falando.

Darei somente um apanhado geral para esquentar um pouco a discussão e

esclarecer àqueles que não tiveram tempo de participar ou não puderam, mas que estão entrando no processo e também querem contribuir.

- A oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. NÚRIA PARDILLOS VIEIRA – Construimos o Plano Diretor junto com a sociedade e com os vários segmentos sociais. Houve participação de universidades, movimentos populares, empresários e do próprio Poder Público pensando em três grandes estratégias: como poderíamos otimizar os eixos de transporte coletivo, ou seja, fazer com que fossem melhor usados, fossem importantes e pudessem ser adensados também no seu entorno; que pudéssemos ter moradia junto com emprego, mas perto dos eixos de transporte. Pensamos também que é importante o Município ter uma relação e pensar sempre que não está isolado. As nossas fronteiras, o nosso município bate com outro município; a fronteira do nosso município com os outros. Então, precisamos ter uma articulação metropolitana, precisamos pensar sempre o que o nosso desenvolvimento daqui influencia também nos municípios próximos e o que acontece nos municípios próximos do entorno também nos influencia.

Por outro lado, há a redução da vulnerabilidade, que é a falta de recursos, a falta de regularização fundiária, de atendimento às áreas de risco e de equipamentos sociais. Temos que reduzir. O Plano Diretor resolve tudo isso? É claro que não, mas dá algumas linhas para tentarmos fazer isso com as várias políticas públicas que temos.

Vocês já receberam, leram e viram que o Plano Diretor está estruturado em cinco grandes capítulos. O primeiro capítulo é o dos princípios objetivos, que são os princípios básicos que da nossa Constituição e do Estatuto da Cidade. É a gestão democrática, é a garantia à função social da Cidade, é a garantia a uma cidade sustentável, enfim, são esses princípios gerais.

Depois, há o capítulo da ordenação territorial, ou seja, que ordem dar ao território todo da Cidade. Passarei rapidamente por cada um deles, mas a ideia é que o Plano Diretor

tenta nesse capítulo dar certa ordem à Cidade, de dizer o que pode acontecer num determinado pedaço da Cidade e o que não pode; que tipo de desenvolvimento se quer para lá e colocar algumas regras, tanto para o Poder Público, para as obras públicas que acontecerão, quanto para a iniciativa dos particulares, proprietários, empreendedores e tal.

No Título III, o Plano Diretor fala de todos os sistemas urbanos e ambientais. Vou mostrar para vocês, mas trata-se do sistema de saneamento, sistema ambiental de parques, da habitação, da mobilidade. Pontuará algumas regras do que tem que acontecer.

No capítulo de gestão democrática e do sistema municipal de planejamento, discutiremos algumas regras de como deve ser a participação; de como a Prefeitura fornece os dados e a informação; o que o Executivo, ou seja, todos os órgãos da Prefeitura têm que fazer para fornecer informação, garantir que as pessoas tenham acesso a isso e possam participar e influenciar na definição das políticas públicas. Então, é isso. E depois, as disposições finais que apontam algumas questões transitórias.

O Título II é o que fala das macrozonas. Divide a Cidade em duas grandes macrozonas: a de recuperação ambiental e a de qualificação do território. Falarei um pouco sobre isso posteriormente. Dentro dessas grandes áreas, ela se subdivide em outros pequenos pedaços, que são as macroáreas. Esse capítulo também fala das Zonas Especiais e da rede de estruturação de transportes. A ideia é que a gente consiga desenvolver a Cidade. Que o desenvolvimento, o crescimento e a melhoria da Cidade se dê junto, grudado, atrelado ao sistema de transporte. Precisamos ter mobilidade para passear, trabalhar, visitar os amigos e parentes. Não podemos ficar isolados no nosso bairro por não termos como chegar a outro. Então, essa foi a ideia do Plano Diretor.

Por esse *slide*, na parte de cima, vocês observarão a nossa região de Pirituba. Notem que esse desenho em vermelho representa metade de Pirituba, que está naquela zona de proteção e recuperação ambiental, porque tem ainda vegetação importante. A outra metade está na zona de estruturação e qualificação urbana. Para cada uma dessas zonas existem

algumas regras e dentro dessas grandes zonas dividimos em pedaços menores para dar conta de colocar regras para o desenvolvimento e para a melhoria de cada pedacinho desta Cidade.

Vou entrar direto no mapa das macrozonas para vocês verem. Em cima, em vermelho, na nossa região pegamos todas as macroáreas. Tem um pedacinho lá embaixo, o mais vermelho, que é a área de estruturação metropolitana. Ela junta – veja, em Pirituba tem um pedacinho dessa área – mas, é todo aquele em vinho, que é justamente a parte que liga a nossa área central com os outros municípios. Liga com as estradas e tal, então, conseguimos toda essa área, chamamos de macroárea de estruturação metropolitana, porque as pessoas passam por essa área, muitas vezes, para irem a outro município, vêm e voltam. É uma área de grande fluxo de ligação com os outros municípios.

Depois temos, em laranja, a área de qualificação urbana consolidada. Quando se pega a cidade inteira, está mais na área central. Em Pirituba temos um pedacinho dessa área, que é consolidada. É a que tem mais serviços, que já tem muito transporte, infraestrutura, saneamento, mas precisa melhorar. Não que seja suficiente, tem bastante em relação a outros lugares, mas precisa ainda melhorar.

Nós temos, em amarelo mais escuro, a área da redução da vulnerabilidade. Veja que há bastante aqui, uma área bem grande. É justamente aquela área em que ainda falta infraestrutura, saneamento, melhoria das áreas de risco, falta de regularização de loteamentos, favelas. Precisa-se qualificar melhor e reduzir essas vulnerabilidades e deficiências que há nessa parte da Cidade.

Há também a parte de recuperação urbana e ambiental, que é bem pertinho da área de preservação, mas ainda tem pessoas morando e trabalhando. Não podemos tirar as pessoas dali, precisamos dar condição para que morem com qualidade naquela área mais escurinha, em verde, que é a área de preservação ambiental. É aquela onde ainda há parques, vegetação nativa e é preciso mantê-la. Não permitir a ocupação, não permitir que a Cidade expanda e cresça para lá, tanto grandes condomínios, quanto empresas ou pessoas. Que

possamos conter isso para não perdermos o pouco de área de verde que ainda temos.

Essa é só uma visão geral, é um pedacinho ampliado da Cidade, só para dizer aquilo que eu já falei.

Uma das principais estratégias do Plano é justamente tentar enfrentar as desigualdades que há no território. Há territórios que têm muitos serviços, muita infraestrutura e outros que não têm nada. Então, a ideia é tentar enfrentar essa situação, fazer a Cidade ficar mais equilibrada; onde não tem, levar, e onde tem, não investir tanto, ou seja, qualificando, melhorando, recuperando as áreas que estão degradadas. As áreas centrais da Cidade possuem muitas ruas e regiões super degradadas e sem utilização, prédios abandonados. No entanto, a área toda tem esgoto, saneamento, acesso à cultura, ao transporte, mas não está tudo resolvido, porque é preciso requalificá-la.

A ideia é atingir esse equilíbrio. Uma das estratégias também para garantir acesso à terra à população de baixa renda é segurar algumas áreas, marcando-as como Zonas Especiais de Interesse Social. Com isso, seguramos algumas áreas que podem ser de interesse do mercado imobiliário e podermos dizer que só se pode construir se for Habitação de Interesse Social, ou seja, se for para a população de baixa renda.

Na região, temos tanto a ZEIS-1 quanto a ZEIS-2. A ZEIS-1 é aquela Zona Especial de Interesse Social onde já existem loteamentos irregulares e favelas. A ZEIS-2 são as áreas próximas desses loteamentos e favelas, que estão livres, ou seja, não têm uso e podemos usar para construir justamente habitação e moradia dignas para a população de baixa renda. Não é para a classe média nem para a alta, é para garantir algo para a população de baixa renda.

Outra coisa que colocamos desde o começo, é que era importante criar estratégia para aproximar a moradia dos empregos. Está certo? Fazer isso nos eixos de transporte, aproveitar os eixos de transporte para fazer essa aproximação.

Os eixos de transporte são o metrô, ônibus, corredor de ônibus, o monotrilho, as linhas de trem. Aqui na região a gente tem o trem, a grande linha de trem. Temos implantado o

corredor da Edgard Facó, está sendo implantado o corredor da Raimundo, não está marcado aí, mas está sendo implantado.

O PDE falou que toda vez que implantarmos um corredor de ônibus, que tiver um monotrilho em algum lugar ou alguma estação nova de metrô ou de trem, em volta disso é o que estamos chamando de área de influência, onde vamos ter uma regra especial de ocupação. Porque a ideia era incentivar a ocupação, ou seja, ter mais gente morando justamente ali.

Hoje nós colocamos que essa área de influência era de 150 metros de um lado do eixo quando houvesse corredor e 400 quando fosse uma implantação de metrô. Já veio do processo participativo, desse que a Câmara está fazendo, que isso tem que melhorar um pouco. Tem que fazer um cálculo melhor, não é toda área que tem de ser desse jeito, uma pode ser um espaço de influência maior, outra menor. Tem de fazer ajustes. Mas a ideia básica é essa: em volta incentivar o uso.

Pode passar.

Nessa área de influência, incentivar o quê? Há umas palavras meio chatas, mas vamos usar: a fachada ativa. O que é fachada ativa? Incentivar para que quando se fizer um prédio que não tenha muro em volta, pois ninguém vê o que acontece lá dentro, nem ninguém participa da rua lá fora. Ao contrário. Queremos prédios sem muro, para poder que as pessoas inclusive passem. Quem sabe um térreo – está escrito aqui que é afluência pública – em que as pessoas possam passear por eles, possam andar por eles, que tenham serviços públicos, comércio. Porque a Cidade fica mais segura quanto mais nós usarmos os espaços públicos. Colocar muro em volta de prédio parece que dá segurança para o morador, mas ele tem de chegar até o prédio. Não dá segurança, a rua fica muito deserta.

A ideia é incentivar isso, assim como incentivar o uso misto, ou seja, no mesmo lugar em que você implanta moradia, também implanta comércio para trazer emprego e serviços. Então, isso dá uma dinâmica melhor para a Cidade.

Pode passar.

A outra coisa que tem no Plano Diretor, muita gente já sabe, mas vou repetir para quem sabe, e vou contar para quem não sabe ainda: para a Cidade toda o Plano Diretor determina o quanto eu posso construir no meu terreno. Se você tem um terreno de 100 metros quadrados, para a Cidade toda você tem o direito de construir os 100 metros quadrados. Se você quiser construir mais do que isso, pode construir para a Cidade toda duas vezes isso, ou seja, 200 metros quadros, sem pagar nada para a Prefeitura, porque é o seu direito por conta do terreno que tem.

Se alguém quiser construir mais, isso servirá principalmente para os grandes empreendedores, não para nós que vamos construir nossa casinha. É importante, é claro, porque também serve para nós, mas é fundamental para quem quer construir grandes empreendimentos, para ocupações mais densas.

Vou poder construir até duas vezes, o dobro disso, só que vou ter de recolher o tributo para a Prefeitura. Vou pagar uma taxa que é a outorga onerosa. Quando eu pago essa taxa o dinheiro vai ser reinvestido em outras melhorias para a Cidade toda. Por isso, é importante tirar de quem tem condição de construir grandes empreendimentos, para poder financiar outras coisas para a Cidade, para melhora-la. Aí nós vamos distribuindo e melhorando as partes da Cidade que precisam.

Pode passar.

Naqueles eixos de que falei, nas áreas de influência, perto dos eixos de transporte, nessas áreas vai ser possível construir mais, até quatro vezes. Nós incentivamos isso, até quatro vezes mais, misturando comércio com moradia. Não pode ser só moradia, nem só comércio. Tem que ter aquele térreo que todos andam, todos usam. Não pode ser aquele prédio que se você estiver andando na rua, não tem nem para onde correr se precisar de alguma coisa. Se precisar de um copo de água não tem para onde correr, porque só tem aquele muro. Não. Não queremos isso. Queremos incentivar justamente para que as pessoas

usem os espaços públicos da melhor maneira.

Pode passar.

Daí também tem outro incentivo, que é uma regra que incentiva a construção de um maior número de unidades, que se chama cota parte. Essa é um pouco mais difícil de entender, mas é mais ou menos assim: tomando de novo aquele terreno grande, de mil metros quadrados. Há algumas áreas na Cidade, aquelas porções coloridas que nós vimos lá, aqueles pedacinhos, que será possível construir por cota parte.

Se o pedaço que posso construir for de 20 metros quadrados, consigo nesse terreno de mil metros quadrados, construir 50 unidades. Então, construo mais unidades em algumas áreas. Eu incentivo dizendo: “Olha, nesse pedacinho da Cidade, perto dos eixos, você tem de construir mais, porque quanto mais você construir, menos precisará pagar da taxa da outorga.”. Eu incentivo a construir mais.

Claro que o Plano Diretor toma o cuidado com as áreas que tem de ter recuperação ambiental junto, por isso tem essa diferença. Na mesma área, nos mesmos mil metros, se tiver numa porção de qualificação urbana, pode construir 50; se for na área de recuperação ambiental, só pode construir 25 unidades habitacionais. Tem essa diferença, o Plano Diretor tenta fazer essa regra para incentivar ao mesmo tempo permitindo que a Cidade fique boa para morar.

Pode passar.

O título três é o da estruturação dos sistemas urbanos. Temos o sistema ambiental que são as áreas verdes, as áreas de preservação permanente, os parques, o sistema de saneamento, o abastecimento de água, esgoto, drenagem. O Plano Diretor, para cada um desses sistemas, como o sistema de mobilidade que são todas as melhorias nos sistemas viários, nas ruas, avenidas, no transporte coletivo, na circulação, na implantação das ciclovias. Para todos esses sistemas, o Plano Diretor define o que é cada um, o que os compõem e diz quais são as ações prioritárias. Diz aqui algumas ações que devem acontecer nos próximos 10

anos.

Não estão todas aqui porque, por exemplo, no sistema de mobilidade nós colocamos no Plano só as obras previstas, como os corredores que já estavam previstos, mesmo as algumas obras de metrô, que tem um pouco mais. Mas colocamos das obras dos corredores só colocamos as que vão até 2016, porque o setor da Prefeitura que está projetando os novos corredores, ainda está estudando uma melhoria. Onde pode melhorar, onde vale a pena, como que se faz com menor prejuízo para quem já mora perto. Às vezes, quando ao abrir um corredor, precisa desapropriar quem está próximo. Como que fazemos com menor prejuízo para as pessoas que já moram lá. Isso demanda muito estudo, por isso não entrou no PDE.

Pode passar.

Aqui aparece o mapa dos parques.

Pode passar.

Estas são as obras previstas em termos de saneamento.

Pode passar.

Estação de tratamento de esgoto.

Pode passar.

Ecoparques, ecopontos.

Pode passar.

As melhorias das vias estruturais. Tem uma avenida que precisa ser melhorada, que é a Cantídio Sampaio. Está colocado lá.

Pode passar.

A implantação dos corredores, do metrô, tudo previsto para poder saber que nessa parte onde a Cidade vai crescer, o transporte vai melhorar, nós precisamos também melhorar o que acontece no entorno.

Pode passar.

Ações prioritárias nos equipamentos urbanos. Estão previstos alguns CEUs planejados estão aqui. O Carlos lembrou que tem um que está sendo pensado, e também está sendo buscada uma área para implantação, mas não está aqui no Plano Diretor porque ainda está em estudo qual é a melhor área para ser implantado. Por isso não está. Nem tudo que é ação pública, em andamento nas Secretarias, está aqui prevista. Claro que não está tudo aqui, só tem uma parte.

Pode passar.

Identificamos onde há áreas de risco por toda a Cidade, colocamos que é prioridade tratar essas áreas de risco. Onde as pessoas não puderem ficar, devem receber moradia adequada. Onde se pode melhorar e resolver o risco, a pessoa pode morar, mas só que com o risco resolvido, não pode deixar o risco acontecer. Então, está colocado no Plano Diretor que é prioridade tratar as áreas de risco.

Pode passar.

O último título é a gestão democrática. Os principais avanços do PDE, aquilo que ele mudou nesse Plano Diretor em relação ao anterior: reforçamos o papel das subprefeituras e do Conselho Participativo Municipal. Justamente esse conselho, para o qual vocês foram eleitos, vai ter um importante papel de acompanhamento de como o Plano Diretor vai influir na Cidade: se ele vai conseguir, se de fato as regras estão sendo respeitadas e o que, de fato, está acontecendo na Cidade ao longo do tempo a partir dessas regras. Os Conselhos Participativos vão ter uma importante função de acompanhamento disso.

Hoje nós não temos, quando chegamos para fazer a revisão do Plano Diretor não tinha na Prefeitura informação sistematizada para avaliar o que aconteceu nos últimos 10 anos, porque o Plano Diretor era de 2002, estamos em 2013.

A partir de agora vai ter um sistema de informação com indicadores, dados e todos terão acesso, têm de ter acesso. São dados das políticas públicas, o que está acontecendo na habitação, como e em que fase está o andamento da urbanização, quantas famílias vão ser

removidas, isso tudo está lá escrito. Tem destaque para isso, por exemplo. As pessoas precisam saber quantas remoções estão previstas; se mudou, o número tem de estar lá registrado.

Isso é um sistema de informação que nós estamos criando e está em implantação, mas está previsto no Plano Diretor. Quando a lei for aprovada, é obrigação ter todas essas informações disponíveis para a população.

O Conselho Municipal de Política Urbana – tem algum conselheiro presente? Não. Só do Conselho Participativo. O Conselho Municipal de Política Urbana também teve várias atribuições de controle do que está acontecendo tanto com a política urbana, e todo o dinheiro que é investido, quanto ao dinheiro que falei para vocês da outorga onerosa, que é aquela taxa que vai para o Fundurb, e o Conselho Municipal de Política Urbana tem que controlar esses gastos. Está colocado lá.

Então, ampliar o sistema de informações para garantir a participação. Dá para participar se nós não tivermos informação, se não soubermos o que está acontecendo? Não dá. Precisamos saber o que está acontecendo, o que a Prefeitura está fazendo e o que não está fazendo, para poder participar, exigindo ou interferindo, dizendo que não é para aplicar ali, mas sim lá. Isso tudo precisa de informação, se não tiver, não dá.

No começo deste ano, junto com a discussão do Plano Diretor, nós fizemos a discussão do Programa de Metas. Em todo começo de governo o Prefeito eleito é obrigado a rapidamente a mostrar suas metas. O que ele pretende fazer nos quatro anos, mas precisa estar junto com o que o Plano Diretor colocou. Se lá estava escrito que, por exemplo, a área de risco é prioridade, tem que estar no Programa de Metas as áreas de risco da região sendo trabalhadas. Tem que ter dinheiro para isso.

Então, ligar essas coisas, colocar isso tudo, fazer a articulação, também está colocado que é obrigação de a Prefeitura fazer, assim que essa lei do Plano Diretor for aprovada.

O que eu queria falar era isso. Penso, Vereador, que agora é importante abrir para discussão.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bom. Agradeço à Núria, porque nós enxergamos duas coisas: primeiro a sua vontade de explicar cada detalhe. Ela pede desculpas porque foi extensa. Estou dizendo que não foi de jeito nenhum. Você quis contar para a nossa população os verdadeiros detalhes. Isso é bom.

Quando a autoridade pública está disposta a um bom debate, ela conta tudo. É isso que a Núria vem fazendo ao longo deste ano. Temos orgulho em ter uma servidora pública, uma funcionária com ela que foi responsável durante todo esse período pela articulação. Vocês não sabem, mas a Núria foi responsável pela articulação para cada uma das reuniões realizadas pelo Executivo. Ela era a responsável por fazer com que a população participasse e participasse bem.

Participar bem é criar uma metodologia que entusiasme a população a participar. Em muitas audiências que nós participávamos, a Núria estava para interpretar o quanto a autoridade Executiva, o funcionário, tinha um diálogo simples para a população entender. Muito parecido com o que ela fez aqui.

Agora nós vamos abrir para que todos possam se inscrever, para que as pessoas que têm desejo de trazer a sua contribuição, a sua crítica, o que acha que é errado, o que é absolutamente natural. Não estar convencido do que nós falamos não é ruim, é bom todo mundo trazer um pouco a contribuição que tem para a Cidade justa, sustentável, a Cidade que a gente sonha ter.

Quero neste momento agradecer à Núria, porque além de fazer todo o processo de participação, teve um papel importante junto a toda equipe do Vereador Nabil Bonduki. Está aqui parte da sua equipe que me pediu para registrar cada um dos detalhes para levar para ele.

Lá na Câmara somos em 55 Vereadores, todos vocês sabem que cada um tem uma responsabilidade. A minha, no dia de hoje, é tentar, ao escutá-los, levar essa percepção por onde e como o desenvolvimento da região Noroeste vai acontecer. Isso é fundamental.

Se a Bete Brunet vai falar para nós como vai se dar isso, temos de ter isso muito claro para levar para os outros 54. Senão fica parecendo que contamos aqui um pedacinho do que queremos e fica esquecido no tempo, numa reunião acontecida lá no CEU Pera Marmelo que participamos. Não é isso não. A reunião do dia de hoje é para produzir para os 55 Vereadores o saber dos moradores, então, tem uma função fundamental.

Por isso, foi muito bom quando a Núria começou, junto com o Carlinhos, nosso Subprefeito, pedindo para que os conselheiros se levantassem participativos. Porque é importante para nós a recomendação que vem da nossa população.

Sem dúvida nenhuma, temos o apoio técnico e científico dos técnicos que vão trabalhar com o projeto. Mas, se não tiver a vontade popular, dificilmente nós vamos acertar. Então, essa questão da fala, da recomendação e da opinião de vocês é absolutamente fundamental para não errarmos. Acertar é uma tarefa de todos nós juntos, senão estivermos juntos o fracasso é absolutamente certo. Em especial para uma região como a nossa, a Noroeste, que tem uma relação muito forte com a proteção ambiental, de todos os lados há impedimentos por conta de relevo, de presença de cabeceiras de drenagem, então, é fundamental que todos nós troquemos as nossas informações, os nossos conhecimentos para dar para o Carlinhos condições de falar o seguinte: “Olha, eu vou regularizar aquele bairro. Vou ter condições de fazer com que a vida daquela população melhore a partir de amanhã.”.

E, a partir de agora, passamos a receber algo que é fundamental, que é a opinião de vocês que fica gravada, registrada e vai para os outros 54 Vereadores.

Vou dizer para vocês que para mim é fundamental receber escutando, mas eu não deixo de, ao chegar na Câmara, na segunda ou terça-feira, contar que, na reunião aqui em Pirituba, tivemos mais gente participando do que a média das anteriores. É isso que eu vejo

aqui.

Não posso deixar de agradecer a vocês pela presença, mas não posso deixar de chamar aqueles que vão falar, portanto vão deixar registradas as vontades.

A primeira é a Sra. Cigildes, que vai trazer um pouco dessa contribuição. Quero deixar todos totalmente à vontade, não tem esse negócio de dois, três ou quatro minutos. Vamos ter uma hora e 15 minutos para as manifestações, até agora temos apenas oito inscritos, dá para falar cinco ou seis minutos, absolutamente à vontade, para contar como que a gente pode melhorar o nosso território.

Estamos pedindo para o pessoal ficar do outro lado, não é porque quero que fiquem longe de mim, não. Quero vocês pertinho de mim. Como estamos registrando tudo, gravando e filmando, porque é importante, lá é onde o nosso pessoal da técnica consegue colocar iluminação para conseguir combinar imagem com o som na gravação. Queríamos você aqui do nosso lado, mas para combinar a iluminação com a sua voz é aí que o pessoal recomendou para nós.

Começando pela Cigildes, muito obrigado por você estar aqui, e em outras audiências que nós de já agradecemos a sua presença.

A SRA. CIGILDES – Boa noite, meu nome é Cigildes, sou Presidente da Associação Piratininga dos Bairros Afins e tenho uma demanda de 127 famílias que me buscaram e vêm me pedindo que participasse dessa reunião do Plano Diretor.

Ao nosso querido Vereador, eu gostaria de dizer que brinquei com ele nesse instante, porque ele tentou falar comigo e eu disse que ele já não me amava mais. Mas não é verdade. Ele sabe que nós nos amamos muito. O Carlinhos é um dos dois primeiros homens mais importantes da minha vida. Ele também sabe disso.

Particpei ativamente de quase todas as reuniões desse Plano Diretor, porque temos um problema seriíssimo aqui no Jaraguá. A cada sete casas no Jaraguá somente três têm escritura. Isso é um absurdo porque quem não tem escritura não é dono. Simplesmente

assim, é lei. Inclusive, quem não tem escritura não pode sequer entrar com processo no Judiciário, porque não é titular de direito.

Se alguém botar a gente para fora e entrar em nossa casa, não temos para quem pedir socorro porque não somos titulares de direito. Não há escritura pública. Então, nós estamos pedindo a regularização fundiária de todas as áreas aqui no Jaraguá, em Pirituba, que já estejam construídas e habitadas.

As áreas de risco precisam ser melhoradas, é claro, porque ninguém quer que a sua casa desabe. Mas precisamos, acima de tudo, ter uma escritura pública, porque a maioria de nós somos pessoas que trabalhamos muito, somos moradores e trabalhamos no local e lutamos muito durante anos para construir.

Não é possível que fiquemos a vida inteira entrando com processos na Prefeitura, com pedidos para a Presidência da Câmara, com processos no Judiciário, como é o nosso caso. Aí o Judiciário faz um TAC – Termo de Ajuste de Conduta, que não tem servido para nada, porque continuamos sem água, telefone, cabeamento de telefone, sem Net, sem esgoto, sem asfalto. Quando faz sol nós comemos poeira, quando chove a gente escorrega e cai na lama, porque não pode entrar o asfaltamento que é para não impermeabilizar o solo daquilo que dizem que é Zona de Preservação Ambiental. Estamos morando lá, não tem matinho nenhum. Vocês vão preservar lá o quê? Nós moramos lá. o matinho que tem é aquele que a gente cria dentro de casa, na nossa plantinha, que colocamos na porta, para ficar bonitinha. Esse matinho vocês não vão querer preservar. Estamos pedindo, por favor. Está aqui o nosso pedido, algumas das famílias elegeram mais algumas pessoas do nosso loteamento aqui, para que eles viessem e pudesse verificar o que está acontecendo, porque aí o pessoal está trabalhando. Trabalham das 7 da manhã às 8 horas da noite. Vão para casa cansados e a maioria comerciantes. Pedimos a regularização fundiária para áreas e loteamento já construídos e habitados. A exemplo da área situada na Av. Alex Jafet, 2055, pois estamos sofrendo muito com a ausência de saneamento básico. Água, esgoto, telefone e certeza na

garantia dos nossos empregos locais em nosso comércio, escola. Compramos e pagamos a área durante cinco anos, começamos a construir enquanto nosso processo tramitava na Prefeitura do Município de São Paulo e no Judiciário. O processo na Prefeitura mandaram arquivar. Estamos entrando com outro. Precisamos urgente de saneamento básico, mínimo, para sobreviver e a escritura das nossas casinhas. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não é casinha. É a casa que construímos. Isso é bom. Saber que nossa casa, o tamanho dela, e o carinho que tratamos pode ter esse bom apelo da casinha, porque é nossa, mas é fundamental ter essa percepção. Mostra como podemos fazer diferente. Não deixar de agradecer essa contribuição valiosa da questão da habitação de interesse social, dos loteamentos precários que precisam ser finalizados, e à necessidade que temos de levar esses loteamentos para um ambiente que já é tratado via Minha Casa Minha Vida, no terreno novo. Um negócio muito injusto, imagina só pessoal, terreno que nunca foi habitado por ninguém recebe uma porção de benefícios do Minha Casa Minha Vida. Aquele que a população ao longo dos últimos 20 anos brigou, se juntou, comprou, parcelou, construiu vida ali, ainda não. Não faz muito sentido nessa questão de justiça, a gente pegar um terreno que nunca foi habitado, que teve lá em cima um especulador imobiliário, que não deixou ninguém morar ali e a gente conhecer terrenos áreas grandes que foram parceladas a partir de movimentos associativo, que tem não tem o mesmo benefício, que esse terreno que nunca teve nada, agora passa a ter. Esse esforço, temos como construir algo que diferencie essas coisas. Mas precisa da ajuda da população. Precisa de vocês para dizer o seguinte: olha, precisa ter uma diferença nesse processo, e não sai do meu desejo Executivo da Núria, do Carlinhos e o Legislativo, meu. Sai da vontade popular, da vontade de vocês.

Com a palavra o Sr. Rafael Correa.

O SR. RAFAEL CORREA – Boa noite. Sou professor aqui da região de Taipas, onde nasci, fui criado, onde trabalho, onde vivo, onde moro. Inicialmente parabenizo todos os

presentes e dizer que não é para qualquer um, estar aqui em uma sexta feira, véspera de um final de semana. Agradecer os componentes da mesa e dizer que acredito ser importante consultar as pessoas, ouvir a população, e uma ressalva, espero que não só se ouça e não só se consulte mas que coloque em prática algumas reivindicações que acredito ser fundamental. Faço parte do movimento em defesa do parque do parque municipal da Brasilândia, estivemos reunidos no último sábado na audiência pública da Freguesia do Ó, onde defendemos a criação do parque municipal da Brasilândia e nessa linha de pensamento, ambiental, geógrafo que sou, defendemos área verde para nossa região, uma vez que entendemos que o crescimento urbano em urbanização, se deu de maneira, espontânea, violenta do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da devastação ambiental e defendemos essas questões relacionadas ao Meio Ambiente. Nesse momento, quero falar especificamente do parque do Pinheirinho D'água. Costumeiramente levo meus alunos lá, tanto eu como a Ana, fazemos um trabalho com os alunos lá. Levamos eles lá, para perceber os impactos ambientais que existem no local, a atuação do homem na região e o que ele causa para nossa sociedade, principalmente sobre a ótica da proteção ambiental, há três anos realizamos esse trabalho, e fico triste, os alunos perceberam, não precisei falar nada, que a geografia trabalha muito a questão do trabalho de campo, observação participativa, eles ficaram muito intrigados e até tristes, porque é um patrimônio que é nosso. Nossa região carece de área de lazer, de equipamentos público cultural, e que temos lá, temos de cuidar, peço ao pessoal da Prefeitura do Município de São Paulo, voltar mais os olhos para aquela região, porque trata de uma região privilegiada, uma estrutura muito boa, mas no momento, se encontra abandonado, com infiltrações, rachaduras, ausência da Guarda Civil Metropolitana. Inclusive algum trecho da via encaminhada, há um desmoronamento, Isso me preocupa muito, porque é o lugar em que eu levo meus alunos para que eles aprendam e identifiquem, que identidade com equipamento que é do bairro. Então fico aborrecido de ver essas coisas. Peço, mais uma vez, uma atenção especial, para aquela região nesse aspecto. Outra questão que trago, é a criação do distrito de

Taipas, entendemos que a população lá são mais de 145 mil habitantes, existem três principais avenidas que contam, do ponto de vista geográfico, estratégico é primordial, para o escoamento da produção, e chegar produção de outros municípios, além de estar próximo da população. Estando próximo uma subprefeitura, as reivindicações se tornam mais acessíveis, uma vez que a subprefeitura que fazemos parte, a de Pirituba, se não me engano é considerada a maior daqui de São Paulo. Para atender nossa população tem alguns empecilhos, como distância, percurso e o trajeto. Espero que os senhores estejam empenhados em olhar para a região da periferia, porque na hora de buscar votos, vão lá e vão pedir para gente. Mas na hora de fazer as coisas para nossa região, para o nosso povo, não tem muitas respostas. Fica registrado minha contribuição e parabéns a vocês. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado Rafael. Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Tenho participado de todas as audiências públicas e nossa tese é a regulamentação fundiária, 85% da cidade de São Paulo, é irregular. E essa irregularidade, vamos dizer, é política, corrupta, como o ex-Prefeito, Kassab, através da marcha que ele montou aqui na Cidade de São Paulo, só por meio de alvarás arrecadaram mais de dois bilhões de reais, junto com a máfia do IPTU, quando denunciei em várias audiências. Temos pautados, inclusive na construção aqui de Pirituba, do Centro de Convenções, estão defendendo, uma obra sustentável para dar condições, tanto no desenvolvimento financeiro, da região e ambiental. Coloquei há dois anos, em uma audiência e isso está sendo executado, mas vou me ater aqui, não só o Kassab, mas na Cidade de São Paulo não temos um político sério. Nós aqui estamos organizando junto ao Presidente da Une Global do Trabalho Cidade, uma central que está sendo organizada em 145 países. Começam organizar os três eventos, Copa do Mundo; o circuito mundial corrida de rua da mulher, que acontece agora em março e o grande Prêmio mundial de ciclismo. Mas de acordo com o vice Governador, Gilberto Kassab e o Ministro da Justiça, disseram que estão fazendo a distribuição de quatro bilhões de reais para

o Prefeito Haddad, tatear entre vários secretários e 40 vereadores da base com o intuito, impediu, estou sabendo da mutreta suja, estava investigando. Estava ele e o José Américo, e esse mesmo José Américo, quando aconteceu o movimento de 11 junho que a população clamaram...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, estamos discutindo aqui o plano de desenvolvimento da cidade. Ajuda muito pouco o senhor ficar acusando pessoas...

O SR. LAERTE BRASIL – Não estou acusando, Estou denunciando. Inclusive o Presidente da Camara

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, não posso o senhor usar....

O SR. LAERTE BRASIL – Depois daquele 11 de junho o povo clamou...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, o senhor tem 30 segundos para encerrar o seu depoimento.

O SR. LAERTE BRASIL – Sabe o que o José Américo fez? Duas horas da manhã mandou dar três tiros nos vidros da Câmara, com o intuito de superfaturar a obra e desviar 22 milhões rateado em 30 vereadores. Vou denunciar no Supremo e a público em 2014.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, não ajudar o debate da cidade as pedras na mão. Ou a gente interpreta que temos de fazer uma cidade melhor, ou continuamos em uma paranoia de jogar sobre os outros. Tenho um respeito gigantesco pelo seu esforço de ir em todas as audiências públicas, mas não posso acreditar que no mundo público só tem as pessoas do mal como você refere em todas as audiências públicas. Seria como todos estivessem aqui observassem a gente que está aqui na Mesa como um bando de tontos que só vem aqui para enganar as pessoas, portanto, peço aos senhores que nos ajudem a encontrar o caminho que não é o que ele fala, mas o caminho que a Núria nos apontou em cada um dos slides que mostrou para gente. Precisamos da ajuda de vocês para encontrar o bom caminho sem agressão. Um bom caminho para construir a boa cidade.

Com a palavra o Sr. Corole Ferenque.

O SR. CAROLE FERENQUE – Também lamento, estou com 67 anos, lutei tanto pelo bairro. Estou aqui quase 30 anos, onde moro na Brasilândia. Particpei do Consegue, de todas essas reuniões, passemos com o Vereador Henrique Pacheco, com Viviani Ferraz, pedindo para melhorar aqui, ali, acolá. E agora com cabelos brancos venho aqui, não sei é suplicar, ou se dizer, será que tudo isso, olha que lindo! Eu li aqui – são muitas letras – o Plano Diretor é lindo, poético. Estou com vontade de recitar uma poesia. Mas na decepção de que estamos ainda nos termos do assembleísmo. Gostaria de saber se esse plano diretor tem a reta intenção de ser executado ao pé da letra, porque de intenções já ouvi falar que o inferno está cheio. Todas as obras da Prefeitura do Município de São Paulo que vejo, eu olho assim: nossa está tudo rachado. Acabou de asfaltar, deixaram três buracos ali. Não sei que fiscal é esse que olha a multa e já anotando quando um carro está irregular. Quando a Prefeitura do Município de São Paulo está irregular, quem é a polícia que investiga a Prefeitura do Município de São Paulo e diz assim: você tem 24 horas para tapar esse buraco. Já fizeram buracos assim escrito: buraco do kassab. No dia seguinte já estava tapado. Gostaria de falar de um tópico mais importante. Quando Marta Suplicy, fez maravilhosamente o terminal de Pirituba, eu fico pensando assim: eu ainda estou andando, mas os velhinhos como vão sair do terminal de Pirituba e vão pegar o trem, quando o trem, aquela distância enorme não fizeram um túnel como tem na estação da Luz, onde você desce do trem, pega metrô, pega linha amarela. Tem acesso, tem escala rolante, tem tudo. Que maravilha! E aqui vai ficando meia boca. Ali temos o Hospital de Pirituba e o doente que vai pegar a lotação tem de descer para ir ao hospital. E aí? Porque não fazem? Ali tem um grane desmanche de carros que é uma vergonha. Dá uma má impressão para quem desce do terminal de Pirituba. Acho o seguinte: ali poderíamos ter feito um acesso para o hospital de Pirituba. A pessoa desce do terminal e vai, ou poderia se fazer até um passeio, uma praça. Ali tem espaço para fazer. Fico com dó. Percebo que essas coisas não estão certas. Temos de fazer as coisas humanizadamente. Nós que estudamos medicina, - ainda estou no último ano de faculdade de fisioterapia – vejo a saúde das pessoas também. As

———
pessoas precisam ser tratadas humanisticamente. Ver em cada pessoa um semelhante. É isso que peço: fazer uma reforma ali no terminal Pirituba para ter acesso ao trem , com túnel e ao hospital sem aquele acesso difícil. Pirituba era junto com Freguesia do Ó. Em 1580 – muita gente não sabe que foi Manuel Preto, Bandeirante veio e fundou Pirituba, foi o primeiro governador. Era tudo junto: Pirituba e Freguesia do Ó e Jaraguá. Ele achou, ali, pelas imediações, o ouro de aluvião, aquilo que ficava na casquinha e ai como não encontrou ouro, ele planou cana. Por isso que aqui temos o morro da pinga, pouca gente sabe, porque que Freguesia do Ó, é Freguesia do Ó. Quem vai para a Brasilândia tem um rio fedido. A Sra. Nuria precisava fazer uma visita lá, porque ante ontem fui consertar uma máquina de lavar, fiquei com dó. Aquele rio fedido precisava ser canalizado, porque tem muita ratazana, está cheio de lixo. Fiquei com vontade de chorar – aliás gostaria de ser convidado, porque aqui tenho muitas dicas e opiniões para melhorar, humanizar esse pessoal que vivi abaixo da linha de pobreza. A dona Dilma está falando, que povo rico é povo sem pobreza. Mas esse povo está na miséria, não está na linha de pobreza. Abaixo da linha d pobreza. Concluindo: canalizar esse rio e fazer uma ciclovia em cima do seu leito. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o Sr. Isaias.

O SR. ISAIAS – Boa noite a todos. Agradeço a mesa e todos os presentes. Moro no Jardim Rodrigo, sou um dos sofreadores de loteamentos clandestinos, por essa razão, que estou aqui defendendo a regularização fundiária. Nessa área de habitação queremos que seja incluído no plano diretor todos os terrenos que tem processo de 1980 até 2013 para que seja regularizada até 2015, pelo Poder Público. Se Prefeitura pede para que os donos faça a documentação para regularização eles não tomam providência. A Prefeitura do Município de São Paulo faz a obra necessária para regularizar e cobra dos donos. Os processos estão parados porque eles pedem a documentação e os donos dos terrenos não comparecem. A Prefeitura do Município de São Paulo vai lá, faz a obra e cobra o juro em cima. Queremos que isso seja incluído no plano a isenção do ISS para regularização fundiária e averbação das

pessoas que ganham até três salários mínimos e para os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Isaias a regularização fundiária de interesse social já tem todos esses benefícios que você está falando: isenção do ISS, Isenção do ITBI, o que precisamos é dar concretude, fazer com que a legislação se implante no território. Lei, a gente jpa tem. Você está corretíssimo a nos obrigar a fazer aquilo que a lei já te dar. O que precisamos é de apoio técnico qualificado, e a Secretária de Habitação que tem hoje uma coordenadoria de regularização fundiária de interesse social. Todas essas premissas colocadas já tem lei, não precisa mais de lei.

O SR. ISAIAS – Queremos, que daqui para frente não se venda nenhum loteamento que não seja regularizado e seja registrado no registro de imóveis e que a Prefeitura do Município de São Paulo e o Poder Público fiscaliza para que não acontece isso, tanto que sofri na pele. O colega referiu aqui o companheiro Henrique Pacheco. Ele foi nosso companheiro que nos defendeu. Foi nosso advogado. Queremos que seja dado como prioridade o cadastramento das pessoas que moram no córrego do fogo, no Pinheirinho D'Água do Jardim Ricão que as casas estão quase dentro do rio para que seja incluído no programa Minha Casa, Minha Vida. Para que seja feito arborização nesse parque. Gostaria que colocasse também que o Poder Público quando desapropriasse uma área, ou a habitação das pessoas que fosse colocado o Plano Diretor, que pagasse o valor de mercado, não o valor venal, porque as pessoas quando saem de lá, tem de voltar para o aluguel novamente, porque o dinheiro não dá para comprar nem o terreno. É isso que eu queria colocar no Plano Diretor, vamos debater isso aí.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Isaías Virgílio, que traz uma contribuição verdadeira. Vamos chamar o Cleto Vítor para fazer a próxima contribuição.

O SR. CLETO VÍTOR – Boa noite. Sou Cleto, fui eleito agora membro do conselho participativo. Tem alguns companheiros aqui, Geraldo, Nelson, que foram eleitos. Eu acho que o trabalho de uma liderança comunitária é cansado, para isso não tem que se preocupar com

tempo, quanto vai demorar para atingir o objetivo. Não podemos desviar da rota e estar sempre no caminho certo.

Nesta administração do Haddad teve dois belos projetos encaminhados por ele, duas belas conquistas, uma da nossa região, outra da cidade inteira. Nós conseguimos aprovar, através da lei Urbana Consorciada Água Branca, a construção da ponte de Pirituba, que é uma reivindicação de 23 anos. Agora é lei e ela não é verba que vem do poder público, é verba da iniciativa privada. O mais belo projeto desta administração, na minha opinião é a eleição do conselho participativo, porque o Carlinhos representa o poder administrativo, cargo em comissão; nós, do conselho, fomos eleitos pelo povo, então nós somos o poder político no nosso bairro e nós vamos lutar pelas coisas boas, habitação vai lutar por habitação e vai ter apoio de todos os membros do conselho, porque a partir de janeiro, quando nós tomarmos posse, vamos começar a lutar por nossos direitos.

A administração pública do Carlinhos ou de qualquer subprefeito é uma zeladoria. A subprefeitura é uma zeladoria, ela não tem poder de decisão. Estive ontem numa audiência pública de meio ambiente, coordenada pelo Vereador Aurélio Nomura, e percebemos o seguinte: CET não sabe o que o Verde está fazendo, que estava lá, e o Verde não sabia o que estava fazendo.

Eles vão agora aprovar um grande projeto no antigo Banespa, vai ser um empreendimento maluco, um negócio de cinema. Só que a CET já está fazendo um estudo de impacto de vizinhança, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente não sabe de nada, obra não sabe de nada. Então o que acontece? Nós, do conselho - fica o recado, está o vereador aqui na mesa, está o Carlinhos, após a nossa posse, Geraldo, nós vamos lutar pela descentralização do poder público. Não podemos continuar saindo daqui de Pirituba para pedir uma bola na Secretaria de Esportes. O nosso supervisor que estava aqui, que saiu por motivo de força maior, ele não tem poder de decisão.

No governo da Marta foi implantada a descentralização. Geraldo, você acompanhou

isso. Nós vamos lutar pela descentralização. Nós precisamos de infraestrutura. As grandes decisões de infraestrutura vão ser tomadas por nós, do conselho, em conjunto com o subprefeito que vai ter poder de decisão. Chega. Não dá mais para ficarmos isolados na periferia esperando o poder central dizer “pega esse resto que serve para vocês”.

Só para resumir, Vereador, eu sou do esporte há muitos anos, há 40 anos, mais ou menos. No Jaraguá hoje, fora o CEU, não tem uma bacia pública para uma criança tomar banho, não tem um centro esportivo, não tem área de lazer. O que tinha aqui está arrebitado, não existe. Este CEU era o CDM Brasinha – fez o CEU. O Churupita lá embaixo, no Pan-americano, houve invasão, só tem um campo. Nós temos que lutar para que aqui exista área de recreação para a população.

O nosso papel, Geraldo e demais companheiros do conselho, vai ser político e a nossa bandeira de luta, Geraldo, vai ser a descentralização do poder público. Não podemos mais viver achando que o zelador da subprefeitura, com todo o respeito que eu tenho pelo Carlinhos, vai resolver os problemas, que não vai.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O conselho tem que ajudar o Carlinhos.

O SR. CLETO VÍTOR – O Carlinhos ou quem quer que seja, mas o poder tem que ser descentralizado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agora é o Carlinhos que a gente vai ajudar. Agradeço a contribuição do Cleto Vítor. É fundamental a participação do conselho na modulação da relação da sociedade civil com o poder público, absolutamente fundamental.

Bete.

A SRA. BETE – Boa noite, Mesa querida; Police Neto, sempre presente; Lídia Correa, que já tanto nos honrou no nosso bairro; Carlos Eduardo, nosso subprefeito; Núria, que também já me viu em outras situações. Também acabei de ser eleita para o conselho participativo da região de Pirituba, Jaraguá e Parque São Domingos, que a gente muitas vezes esquece de falar. Viva a nossa região. Cumprimento todos que estão presentes.

A minha queixa. Todos já me ouviram sempre falando aqui, fora a Expo2020, passou o susto, não ganhamos – para mim era perder, ainda bem. Agora o meu pedido é no seguinte sentido: consta na minuta do Projeto de Lei 688/2013 o Artigo 262. Nós queremos que esse artigo seja retirado do Plano Diretor. Nós não queremos que o Plano Diretor seja aprovado com esse artigo, porque ele tinha uma função; não tem mais Expo, esse aqui tem validade por dez anos, aparece aí outro louco megalomaniaco e vai querer tocar isso em frente. Então fora Artigo 262 do Plano Diretor Estratégico. E revogação imediata – vocês levem isso ao Prefeito Haddad – da Lei 15.525, de 2012, que foi promulgada pelo Kassab e no Artigo 262 contempla a Lei 15.525. Nós não queremos, a comunidade de Pirituba não quer.

Nós queremos que o nosso bairro seja marcado como área verde. Si, as prioridades de Pirituba são muitas, moradia etc., mas também é um bairro verde, é um bairro que quer ser contemplado e lembrado com as suas áreas verdes também. Verde é qualidade de vida, não se esqueçam disso. Nós precisamos das nossas áreas verdes. Nós precisamos da nossa flora, da nossa fauna que tão bravamente têm resistido ao tempo. Então nós queremos isso. É este o meu pedido: fora Artigo 262, revogação da Lei 15.525.

Muito obrigada. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está clara a demanda, que é revogar a lei que empreende para o território a inovação do parque de exposições e também o artigo do Plano Diretor que anuncia o mesmo.

Vamos chamar a Ivanilse, depois a Sonia, o Caio e o Luís José de Souza.

A SRA. IVANILSE – Boa noite. Primeiramente quero agradecer a Deus por estar aqui junto com vocês. Não é fácil vir aqui na frente falar, não é todo mundo que quer vir. Tem pessoas que vêm, falam demais e não é aproveitado, mas eu vou falar rápido o que interessa.

Estive também no CEU Atlântica e falei para o Carlinhos que o Jaraguá estava esquecido. Hoje estou muito feliz porque agora nós temos a estação Vila Aurora. Estou muito feliz porque não preciso andar. Agradeço a todos os governantes, a todas as pessoas que

estão aqui pela estação.

Também quero falar um assunto muito importante. Eu sei que todos precisam, mas vou falar da Avenida Alex Jafet 2.055. Esse terreno foi comprado mais ou menos em 2000. Na época da Marta, provavelmente ela mudou. Não sou dessa época, quem fala isso é o presidente, que eu sou de uma associação. Somos mais ou menos 160 famílias. Em 2000, como o terreno foi comprado e não foi quitado, ela mudou o zoneamento. Antigamente, pelo que tenho escutado do presidente, era ZEIS e foi mudado para Zepam.

Nisso o terreno já foi loteado, foi quitado, nós temos escritura. Tem essas famílias que moram nas nossas casas, mas ali o nosso sentimento é como se a gente tivesse roubado, matado, porque aparece polícia, aparece polícia ambiental, aparecem várias coisas que deixam a gente apreensiva, com medo. As casas foram quebradas.

Tem processo no Ministério Público, foi feito o TAC quando a (ininteligível) falou, mas não foi feito nada. Entrou a luz, mas a água é clandestina e nós bebemos água totalmente contaminada praticamente, mas Deus é maior e deixa todo mundo com saúde naquele local.

O que nós precisamos é mudança de zoneamento. Tem que ser mudado o zoneamento de Zepam para ZEIS, que é interesse social. Com essa estação eu creio que vêm bancos aqui, porque é muito esquecido mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Essa área fica na frente da chácara do Pedrinho, para quem não consegue localizar. É uma Zepam, como ela falou, hoje ocupada por habitação de interesse social. É muito importante a gente saber quem ninguém escreve na lei um zoneamento para prejudicar ninguém, mas muitas vezes a incompatibilidade entre o zoneamento da lei e o modelo da ocupação gera isso que a Ivanilse falou.

A população tem direito a moradia digna e a primeira fala de hoje é exatamente a mesma que está sendo trazida agora, mas quando tem na lei uma zona de proteção ambiental não tem como pedir para a autoridade pública, que é o Carlinhos, para ignorar que é zona de

proteção porque tem gente morando, porque ele está obrigado a ir lá e reconhecer essa área. Este é o momento de fazer esse bom debate.

Se você perguntar se a gente consegue mudar a zona de proteção ambiental neste e eu falar que consigo, ou que um dos 55 vereadores consegue, quem vai me dar “presta atenção”, com certeza, é a Núria, e ela tem razão, porque este momento não é de mudar o zoneamento, mas de conseguir estabelecer as premissas corretas para essas alterações.

Quando você fala que lá tem uma área de habitação de interesse social que tem que ser reconhecida, está coberta de razão. A gente tem que investigar e aqui a gente já divide a mesa em 50% homem, 50% mulher, porque as mulheres são mais sensíveis para entender o que é ter casa construída de maneira digna na periferia, porque se constrói família ali.

Então agradeço não só à (ininteligível), que foi a primeira que falou, porque ela falou da mesma área, do mesmo conflito, mas agradeço às duas que trouxeram esse conflito para nós.

A SRA. IVANILSE – Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sonia Barbosa, que vem representar parte das nossas aldeias indígenas e trazer a sua contribuição. Depois o Caio, depois o Luís José de Souza, Maria Lúcia, depois a gente encerra com a equipe. Tem duas Sonias, a Sonia Barbosa da aldeia indígena e tem a Sonia Barbosa que ajuda aquela comunidade mas não é daquela comunidade. Depois a gente fecha com a...

- Fala fora do microfone.

O SR. - Precisa lembra o seguinte: que a estação Vila Aurora foi construída exatamente (ininteligível) pelo Plano Diretor (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Exato. O Geraldo está trazendo uma informação importante. A Estação da CPTM da Vila Aurora já nasce com a concepção de ofertar transporte público coletivo para uma população que já estava se instalando ali; então ela equilibra essa questão da população que está numa área que a gente reconhece que tem

que ter proteção ambiental. Esse é um debate que a gente tem feito com o Executivo, de o quanto proteger, defender ambientalmente áreas não é tirar a população; é saber como encontrar o equilíbrio entre a moradia digna, a geração de emprego e riqueza e a proteção ambiental. Essa é uma questão que o mundo inteiro está debatendo. A gente sofre um pouco mais porque tem aproximadamente 2,5 milhões de pessoas que moram em áreas de proteção ambiental na Cidade, então a tarefa é um pouco maior do que qualquer outra no planeta. A Amazônia precisa ser protegida, é verdade, mas tem 18, 20 mil pessoas que moram em área protegida. Para fazer essa proteção nós temos uma tarefa muito maior, porque tem 20 milhões de pessoas na cidade e todos precisam ter água de qualidade, precisam ter ar de qualidade, transporte de qualidade. Para fazer essa arranjo precisa de gente competente com a Núria, de mulheres corajosas e nós precisamos escutar mais, e é isso que a gente faz aqui, então quero agradecer cada uma das contribuições, porque sem a presença de vocês não dava para o Carlinhos acertar, muito menos eu. O Carlinhos ainda acerta porque está aqui com vocês todo dia. Eu venho de vez em quando, porque tenho que estar na Câmara também.

Então, Sonia, a sua contribuição sobre as aldeias indígenas, para a gente saber exatamente como conseguir produzir um território digno, equilibrado e que de fato garanta um espaço preservado para as aldeias indígenas da nossa região.

A SRA. SONIA BARBOSA – Boa noite. Meu nome é Sonia, sou moradora da Aldeia Terra Indígena Jaraguá. Falando do Carlinhos, ele já tem uma grande participação lá dentro da comunidade. Desse governo que entrou agora, ele foi uma das primeiras pessoas a nos ajudar em várias situações. Mas dentro da comunidade falta saneamento básico, que é muito precário. Estamos sofrendo com bactérias que acabam matando crianças da comunidade. Muitas vezes ele tem que ter o aval da Funai. Tudo que for fazer dentro da comunidade indígena, a Funai tem que dar o seu parecer. Tem que pedir autorização para as coisas acontecerem dentro da comunidade. A Subprefeitura tem um esforço de quere fazer e a Funai tem que ter autorização. Então, eu já conversei isso com a Funai, que não somos mais

tutelados, sabemos muito bem o que queremos dentro de nossa comunidade. Então, a Funai é um órgão que representa e, ao mesmo tempo, não.

Então, peço ao Vereador que intervenha e fale com o pessoal da Funai e que agilize mais dentro da comunidade, porque ficamos isolados. Muitas das vezes, não somos procurados pelos órgãos públicos. É como eu falei, o Carlinhos é uma pessoa que vai na comunidade e a comunidade o recebe muito bem, mas eu sinto muito em falar que nenhum Vereador foi ver realmente o que precisamos. É uma comunidade guarani que respeita o não índio por várias situações de descaso que tivemos. Mas, hoje, em relação a este Governo não tenho o que reclamar, neste Plano Diretor não vi nada falando de comunidade indígena ou preservação da área em que estamos, que é uma APA. Mas, se formos ver, São Paulo inteira é uma APA e a população está lá e nem por isso vocês têm que sair do lugar de onde vocês estão. É o nosso caso. Somos populações indígenas tradicionais. Nascemos no Estado de São Paulo, somos povos indígenas deste Estado.

Agradecemos ao Carlinhos por essa abertura que ele deu às comunidades indígenas.

Então, só peço para que algum Vereador vá ver o que realmente nós necessitamos, porque só na fala é difícil entender. Então, a pessoa tem que estar presente para realmente ver.

É isso. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Sônia. Então, a gente vai combinar o seguinte com você. Não vai ser um Vereador. Vai ser a Comissão e Política Urbana que, ao reconhecer a área de proteção ambiental, que tem na reserva já estabelecida, e me parece que ainda não demarcada definitivamente pela Funai, a gente conseguir auxiliar nesse processo.

Agradeço a sua contribuição.

Agradeço a presença de Lídia Correia, Vereadora e dirigente política, que nos

auxilia a fazer com que a Mesa esteja equilibrada no seu limite: 50% homem e 50% de mulher.

Portanto, representando a sociedade do jeito que tem que ser.

Caio, a palavra está com você.

O SR. CAIO – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento a todos os presentes.

Sou Advogado do Escritório Modelo da PUC e, em função de um convênio com a Defensoria Pública, atendemos as comunidades ameaçadas de remoção em São Paulo. aqui, em Pirituba, a gente atende ao parque de Taipas, precisamente aquela ocupação que se deu na Estrada José Lopes, Travessa do Amor e Travessa Esperança, e também para as comunidades ali logo abaixo, que foram atingidas pelas obras do Rodoanel, e que estão sendo removidas hoje.

A nossa presença hoje, aqui, se justifica em função de um acerto histórico que se espera fazer com esse novo Plano Diretor e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, uma vez que, depois do Plano Diretor de 2002, essa área da Estrada José Lopes foi grafada como Zona Especial de Preservação Ambiental.

Então, a partir daquele momento, a ocupação que existia, que era anterior, ela passou a ser uma ocupação ilegal, uma ocupação que agrediria, em tese, a natureza. Então, esse momento, do Plano Diretor de 2002, foi um equívoco histórico e a gente espera que ela seja corrigido e por quê? Porque a ocupação do Parque de Taipas, ela se dá desde 95, e a Câmara de Vereadores promulgou uma lei em 95, e depois em 2011, que autorizava a regularização fundiária de loteamentos irregulares. Então, essa área precisa se tornar, hoje, uma Zona Especial de Interesse Social para que as pessoas que, hoje, moram no local possam, então, ter as suas ruas pavimentadas e que seja instalada uma rede de saneamento e esgoto, que é o que tem prejudicado, até então, a vida dessas pessoas.

Portanto, eu trouxe um protocolo, gostaria de levar à Mesa, e queria só ressaltar também que a comunidade do Parque de Taipas se mantém organizada e alerta para fazer essa mudança, de modo que ela está aqui presente e vai acompanhar o processo na Câmara

de Vereadores. E, aí, queria fazer menção a essas lideranças que têm levado a pauta da comunidade do Parque de Taipas, que é a dona Roseli, o Sr. Davi, o Sr. Batista, o Sr. Roberto, o Sr. João, que já foi, a dona Valmira, que já foi, a dona Andrea, que já foi, o Rian, que estava aqui, o Sr. Dilson Barbosa, que também estava aqui conosco.

Por fim, gostaria de concluir a intervenção fazendo uma saudação também às lideranças históricas da zona Norte, a dona Sônia Barbosa, a dona Maria Edith, o Sr. Isaías, a Sra. Ana Sueli, o Prof. Márcio, o Sr. João Bosco, em nome de quem eu também cumprimento todos os demais.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço, não só ao Caio, mas ao Escritório Modelo, e uma das tarefas fundamentais desse Plano é reconhecer ocupações que possam ser grafadas como ZEIS 1, 2 e 3, portanto, Zonas Especiais de Interesse Social, em que se materialize, a partir desse reconhecimento, a habitação de interesse social, a habitação de mercado popular e, portanto, a Cidade justa que tanto sonhamos.

E lembrando que muitas dessas regiões são anteriores a 95. Portanto, são anteriores a um debate no Congresso Nacional, do Estatuto da Cidade.

Então, estamos falando de um esforço que a sociedade fez antes de imaginar que teríamos um instrumento para essa participação ativa da sociedade. Então, tem uma sociedade que nas décadas de 60 e 70 participou imaginando que a sua participação não precisava estar grafada em lei, mas era importante para construir a Cidade digna e sustentável. Então, isso nos dá quase que uma obrigação. Ou a gente segue essa orientação dessa população que tem muita experiência, ou a gente erra sempre.

Chamar o Luís José de Sousa.

O SR. LUÍS JOSÉ DE SOUSA – Boa noite a todos e todas.

Acho que esta é uma iniciativa importante e estão todos de parabéns. Esta é a construção que fazemos juntos - e eu acredito muito nisso. Aliás, se não acreditasse, não

estaria aqui. Acredito na construção onde todos participam e contribuem. Esse é o verdadeiro exercício de cidadania. (Aplausos)

Quero levantar alguns pontos.

Um deles nem diz respeito à questão municipal. É uma questão mais de Governo de Estado, mas também tem a ver do Município. É a questão do Metrô para Pirituba. Porque todas as grandes obras de uma Cidade têm que estar previstas no Plano Diretor. E, aí, a gente ouviu falar assim: “Bom, o Metrô deve vir para Pirituba. Se vier, não sei, por via Brasilândia”.

Eu tenho a impressão, que o Metrô de Pirituba deveria ser uma extensão da Barra Funda, rumo a Jaraguá e Perus. O Metrô da zona Leste já foi até Guaianases. O Metrô da zona Sul já foi até a Capão Redondo. Só na zona Oeste é que o Metrô parou na Barra Funda, praticamente no Centro da Cidade, e não vem para a periferia! Será que nós não merecemos?

Mas eu não sei por que o trajeto que estão colocando passa pela Brasilândia para voltar para Pirituba, quando, na verdade, eu acho que o trajeto seria outro.

Muitos acham que eu estou falando bobagem, porque o Metrô é do Governo do Estado, não é da Prefeitura. Eu acho que a Cidade é de todos. Eu acho que essa é uma coisa que a gente tem que pensar muito bem porque, certamente, se esse Metrô vier daqui a uns dez anos, tem que estar previsto já no Plano Diretor. Este Plano Diretor não é para dez anos? Se o Metrô vem para cá, deve estar previsto no Plano Diretor da Cidade.

Outro ponto interessante que eu acho que vale a pena a gente pensar é o seguinte: se fala muito que em nossa região não tem cultura, não tem área de esporte, não tem lazer, não tem não sei o quê. Temos, aqui, em Pirituba, uma das mais lindas arquiteturas, que é o Mercado Municipal de Pirituba. Aquela é uma arquitetura lindíssima, bonita! Podia muito bem transformar aquilo no centro cultural de Pirituba. É sugestão. Porque, para comercializar, para fazer sala de negócios, em qualquer lugar pode fazer. Agora, uma arquitetura linda daquela, como é o Mercado de Pirituba, podia se chamar Casa de Cultura de Pirituba e ter atividade lá. (Aplausos)

Quero fechar parabenizando esta Administração que entendeu que governar descentralizado é governar com o povo, que é diferente de governar para o povo. Governar para o povo é uma coisa e governar com o povo é outra coisa. E, a partir da descentralização, que está se começando a fazer, e a partir de colocar a participação da comunidade, através de uma eleição, para ajudar a discutir as questões da Cidade e juntos colaborar, eu acho que isso é um passo muito importante.

Eu acho que isso é, sem dúvida nenhuma, governar com o povo. Se errar, erra todo mundo junto. Se acertar, acerta todo mundo junto. Porque é muito mais difícil errar todo mundo ao mesmo tempo.

Portanto, parabéns!

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Luís.

Chamo a Sra. Sônia Barbosa.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Quero falar, aqui, como moradora de Taipas há 20 anos.

Quando se falou da regularização fundiária, eu queria lembrar um fator importante, que o Sr. Luís começou pegando, que eu também acho que é um problema da Municipalidade, que é a questão do Metrô, mas a discussão do sistema viário, em particular, no Plano Diretor, em Taipas. E eu justifico por quê. Com a implantação do Rodoanel, que é uma questão de Estado, o bairro ficou totalmente prejudicado. Justifico.

Pega a Avenida Cantídio Sampaio, às 4 h da tarde, no cruzamento com Elísio Teixeira Leite e Raimundo Pereira de Magalhães. Eu não dirijo, não tenho carro, portanto, ando de ônibus, como eu sei que muita gente aqui. No trajeto para atravessar a Cantídio, vamos pegar a Elísio, do Hospital até a Parada de Taipas, leva 50 minutos parado no trânsito! Tudo isso por ausência de uma discussão de sistema viário na região, com a implantação do Rodoanel, que foi projetado para passar caminhões de trezentas toneladas! Isso é um absurdo

para mim e uma falta de consideração com o povo que mora na periferia e com os comerciantes da Parada de Taipas! (Aplausos) Então, nós temos, de alguma forma, discutir.

Qual é a minha proposta? Discussão do sistema viário: unir os Governos Municipal, Estadual e Federal – porque eu sei que o Governo Federal destinou verba para a discussão do sistema viário, que não foi implementado – para fazer essa discussão e resolver o problema das comunidades, de uma vez por todas. E entendendo que não é um problema municipal, mas que o Município tem que tomar a iniciativa de convocar o Dersa e seus representantes do Governo para fazer essa discussão.

Quero dizer que, hoje, eu trabalho no Governo. Sou supervisora de habitação, mas me sinto cada vez mais moradora de Taipas. Participei da luta do trecho Rodoanel, desde o início dela. Então, eu sou uma das pessoas que me sinto mais prejudicada na luta com as comunidades daquela região.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Sônia. A gente vem estabelecendo, não só um contato com o Carlinhos, mas também com a Subprefeitura de Perus, porque esse território tem que ser muito estudado. Hoje, a gente está com um problema de congestionamento de mais de 10, 12, 16 quilômetros, que vai até o trilho da CPTM em Caieiras.

Então, quando a gente fala que a gente tem problema na implantação do Rodoanel, que a implantação do Rodoanel tem um problema de agressão à nossa Cantareira, mas também tem um problema na obra, onde estão os DNEs, que são os depósitos. Então, a gente tem um problema na obra, que é uma obra de 2 a 3 anos.

Então, a primeira questão que foi anunciada duas, três vezes no microfone, é essa obra não gerar mais um passivo social. Então, é você realizar remoções que você não tem a destinação adequada, nos mesmos territórios, da população que está sendo retirada.

Um dos trabalhos que o Plano pode ter é reconhecer zonas especiais de interesse

social para recepcionar a população que sai das áreas atingidas pelo Rodoanel. Mas esse é um trabalho minucioso, que tem que ser realizado.

O outro é: como administrativamente a gente dialoga com o Governo Federal, órgão financiador dessa obra, e o Governo Estadual, o órgão realizador. Então, têm duas coisas fundamentais: a gente dialogar com aquele que paga a parte da obra e com aquele que realiza.

Aí tem uma questão muito importante para a zona Norte, não é só para Pirituba. É para a zona Norte como um todo, para Perus, para Anhanguera, para Pirituba, para Taipas, é também para Cachoeirinha, que tem uma área tensa, é para o Córrego do Bispo, que tem uma área tensa em diálogo. É também para o território que a gente acaba pro desaguar o próprio Rodoanel, e onde ele vai dialogar com a Fernão Dias e a Dutra.

Então, a gente tem um debate muito intenso para isso. Não é algo simples, porque ele muda a realidade do território, e, se não mudar para o bem, para as populações que estão aqui, não adianta fazer um grande investimento, porque, senão, a gente erra. O dinheiro público tem que ser investido para dar qualidade de vida para a população que nunca teve. Não é para melhorar para aquelas pessoas que já têm qualidade de vida.

Vou chamar a Maria Lúcia.

A SRA. MARIA LÚCIA – Boa noite.

Estou aqui representando, junto com meu colega Edilson, o Vereador Nabil Bonduki, que não pode vir. Além de Assessora do Nabil, sou Engenheira Agrônoma e trabalhei muito tempo na Prefeitura e eu conheço, um pouco, sobre área de proteção ambiental. Então, por isso, tenho acompanhado todas as audiências que têm macrozona de proteção ambiental, tanto no Sul, como no Leste, como no Norte, como no Oeste.

Então, têm três pontos que eu gostaria de colocar. O primeiro é com relação à terra indígena Jaraguá.

Complementando o que a Sônia já falou, temos duas terras indígenas no Jaraguá,

ambas guarani. Uma delas, homologada, e a outra, não homologada. E essas terras estão passando por um processo de revisão, no âmbito da Funai. Teve uma pessoa da Funai, a Maíra, acompanhada de um guarani que esteve na audiência do dia 9, que tratou da macrozona, e falou um pouco sobre isso.

Então, essas áreas estão passando por um processo de revisão, exatamente porque essa terra é muito pequena e não é suficiente para garantir a vida dessa comunidade guarani, de acordo com a sua tradição, com a sua cultura, com o seu modo de vida, que é diverso do nosso. E quero aqui, na pessoa da Sônia, não sei se ela ainda está aí, saudar os guarani, porque vocês são verdadeiros heróis, que é viver na periferia de São Paulo, tanto aqui quanto em Parelheiros, com a luta que vocês têm e conservarem as suas tradições como vocês fazem. Vocês são incríveis.

Voltando a essa questão, como essas terras estão sendo revistas e esse relatório já foi aprovado pela Funai, é importante que o PDE observe isso e coloque essas terras no mapa, porque elas não estão, e que coloque uma diretriz de gestão integradas. A questão das aldeias é uma questão federal, mas o município tem um imenso papel articulador dessas questões. Então lá para a zona Sul tem um artigo no PDE que fala “gestão integrada das terras indígenas e unidades de conservação estaduais, federais e municipais”. Isso tem que acontecer aqui também na região, porque eu acho que ter isso no Plano Diretor ampara a ação da Prefeitura enquanto articuladora das questões indígenas no território paulistano. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é com relação à existência do Parque Estadual do Jaraguá, que está entre as subs de Pirituba e Perus e esse parque está grafado como macrozona de proteção ambiental, preservação de ecossistemas, não poderia ser diferente porque ele é uma unidade de conservação, mas ele é um parque que tem plano de manejo e todo parque que tem plano de manejo ele tem uma diretriz que se chama zona de amortecimento. Então também faço uma recomendação para que se olhe no detalhe da zona de amortecimento para ver o que ela propõe, o que ela prevê e se está ou não compatível com o que está no Plano Diretor.

Já passando ao terceiro ponto, que é o da regularização fundiária, e se essas áreas que foram aqui tão bem colocadas, se elas estão dentro dessa zona de amortecimento e se tem, porque se tiverem é preciso também fazer alguma gestão com o Estado. Então é preciso saber para que se faça essa gestão com o Estado.

Para terminar, observando o relevo, e vim aqui de carro com o Edilson, e observando como é essa região, a gente observa que faz bem mais frio aqui, isso é por causa do relevo e da vegetação, aqui eu acho, me corrija se estiver errada, mas que a questão dessa região ser macrozona de proteção ambiental, ou parte desse território ser, não se deve apenas à vegetação, mas ela se deve também ao relevo e à fragilidade desses terrenos. Não sei se alguém conhece um lugar que se chama Cajamar, que fica mais para perto de Perus. Lá tem um buraco, não tem? Porque esse buraco aconteceu? Porque é um terreno frágil. Então não vamos deixar isso acontecer na nossa região, mas isso não significa que não possa haver a regularização. Eu entendo que o Plano Diretor deve fazer a reintrodução sim da figura da Zepam, porque ela é importantíssima, mas deve revisar as Zepams. Onde a gente tem Zepam e tem ocupação, acho que a gente deve resolver essa incompatibilidade, se essa era uma área que não podia ter sido ocupada, mas, certo, ela foi, e a gente não escreve sobre o papel em branco, a gente escreve sobre o papel já desenhado. Eu entendo, e falo aqui como técnica, que quando não for área de risco, você não tiver problema de desabamento e de inundação e ser uma Zepam, a gente tem que corrigir essa distorção, mas isso tem que vir amparado em um pacto, vamos corrigir as distorções, mas não vamos mais ocupar as áreas que não devem ser ocupadas. Aí sim a gente consegue chegar a algum lugar.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O que a Maria Lúcia traz para a gente é uma questão fundamental. Quando você reconhece que em uma região ocupada pela população pelo esforço de organização popular e que essa região não tem cabeceiras de drenagem que possam gerar aquilo que aconteceu em Cajamar, que se chama o Buraco de

Cajamar. Por que, na verdade, de onde vem um grande buraco? Vem de uma grande presença de cabeceiras de drenagem que quando você tira a cobertura vegetal você tem uma grande erosão e quando isso se associa a uma região que você tem um relevo em que a quantidade de acidentes é muito grande, você aumenta o risco pela velocidade da água quando você tem chuvas. Quando você associa isso à interpretação da carta geotécnica que mostra que o solo também não é apropriado para a presença humana, você passa a criar diversas orientações para não ter população ali. Por quê? Porque gera risco. Então, quando gera risco, não é porque a gente não quer a população esteja ali, é porque se a população estiver ali ela coloca em risco as famílias por uma decisão que muitas vezes não foi tomada à luz da razão, de saber que ali tem risco e, portanto, eu estou ali foi por uma necessidade e nós somos responsáveis neste momento para anunciar a essa população que não dá para ficar ali, mas não dá para tirar de qualquer jeito, que talvez seja o maior problema que a gente enfrentou. O maior problema que a gente enfrentou ao longo do tempo é tirar de qualquer jeito. Aí a gente tem que construir, e isso a gente tem trabalhado muito, o Edilson está aqui e vai concluir, depois da nossa sempre Vereadora Lídia Correa, que tem dito o seguinte, que a gente tem que começar marcar áreas de ZEIS condicionadas a áreas que você tem que desocupar. A gente tem que ter a capacidade de dizer para a sociedade o seguinte: “Essa área que não pode ter gente, porque está errado estar ali, e não é culpa do povo, tem que ter uma área reservada para eles mudarem”. Por mais duro que seja falar isso para o proprietário da área que esse povo vai, porque o grande problema da cidade é saber que a gente tem uma limitação geral de área para todo mundo, a gente tem que ter a coragem de dizer: “Desculpa, a área que você nunca ocupou ao longo dos últimos 30, 40 anos e você é proprietário, vai ter que ter uma função social e não é porque eu quero prejudicar você, é porque isso está estabelecido há muito tempo”. Então a gente vai ter que ter a coragem de enfrentar os nossos grandes dilemas e o maior deles é a injustiça com acesso a moradia digna e de qualidade, porque não dá para parte da população, a todo verão ficar esperando encher o córrego e perder a casa, ou ter risco da

casa desabar. Essas questões têm que estar na nossa cabeça porque não é mais possível viver assim e não pode a lei que a gente vai aprovar não apontar para os próximos 10, 15, 20 anos a solução para esse problema. Você pode até dizer o seguinte: “Pode faltar dinheiro?” Pode até faltar dinheiro, mas não pode faltar a lei. Se faltar a lei para enfrentar isso, não vai adiantar nem ter dinheiro, porque o dinheiro não vai solucionar o problema. Isso também não quer dizer que a gente vai pegar todas as zonas ambientalmente protegidas e vamos dizer o seguinte: “Todo mundo pode morar aqui”. Também não é isso, porque também não quer deixar de entregar para os filhos e para os netos uma cidade melhor do que a que a gente recebeu. Então tem que ter essa razão.

Vou passar a palavra para a Lídia Correia, nossa sempre Vereadora, para fazer a fala dela, depois vou passar para o encerramento, para o Edilson. Vou até pedir autorização para o Carlinhos e para a Núria, para a gente mudar hoje, não sou eu que vou encerrar, o Vereador, não vai ser o Carlinhos, nosso Subprefeito, que é um guerreiro e tem ajudado muito aqui, não vai ser a Núria que fez a apresentação. E vou dizer a Núria não é só a apresentação que ela fez aqui, não fosse ela, todas as audiências públicas que o Executivo fez, a metodologia, a forma carinhosa com que a ela tratou toda a população em todas as audiências a gente não ia nem chegar no dia de hoje. Então se tem alguém que eu tenho que elogiar e falar para o nosso Secretário e para o nosso Prefeito que tem o compromisso no sangue de fazer a cidade ser melhor é ela. A gente chega aqui no finalzinho de dezembro, quase próximo do Natal, num ambiente como esse, num diálogo maduro, responsável, porque ela trabalhou desde o começo para a gente chegar aqui. E eu estou falando isso sendo um Vereador que não sou situacionista, não sou do PT, não sou nada disso, mas sei reconhecer o quanto essa mulher ajudou e aí uma das premissas básicas de fazer política é fazer verdade com a palavra. Então se eu posso pedir uma coisa para vocês é um aplauso para essa mulher que fez a gente chegar até aqui, fundamental.

Tem a palavra a Lídia e depois a equipe do Nabil fecha com o Edilson. Quem vai

fechar é você, na representação que você tem, porque é conselheiro da cidade, é um cara guerreiro, atua no setor de habitação para uma cidade justa e digna. Então já estou aqui antecipando como a gente fecha.

Agradeço a todos por terem vindo e nos ajudado para a gente reconhecer um pouco como o território tem que ser. Peço uma última coisa, todos vocês têm relação com outros Vereadores, façam com que eles entendam a importância da mudança dessa lei, façam com que todos eles saibam da importância de ter uma lei boa para a cidade, não uma lei que resolve os problemas dos bacanas lá do centro, não uma lei que faz com que a diferença que você relatou lá no microfone, da cidade dos ricos e da cidade dos pobres possa ser enfrentada. Então acho que é fundamental a gente entender isso, a lei que desenvolve a cidade tem de gerar as mesmas oportunidades e aí depende um pouco da gente, conselheiros, não conselheiros, mas cidadãos, pressionar cada um dos nossos Vereadores. Eu falo da boa pressão, falar a cada momento que a gente precisa mudar isso, a cidade tem que funcionar inteira e, portanto, a lei tem que funcionar para quem mais precisa, não para aquele que já teve muito investimento, que tem a Avenida Paulista, que tem a Avenida Rebouças, que tem um monte de coisas lá no Centro, precisa funcionar aqui. É aí que a cidade pode ser justa, sustentável e boa para todo mundo. Já agradeço a todos porque me despeço aqui de vocês.

Tem a palavra a Lídia Correia e depois o Edilson, falando pelo gabinete do Vereador Nabil, o nosso relator. Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. LIDIA CORREIA – Quero inicialmente pedir desculpa pelo atraso, mas a gente estava na cidade e vocês sabem do trânsito e infelizmente não conseguimos chegar antes. Eu gostaria de ter acompanhado o plano aqui da região, então vou falar algumas coisas que pode ser até que conflite com o que foi colocado.

Quero primeiramente cumprimentar o Vereador Police Neto por todo trabalho, especialmente nessa questão urbana. É um defensor, atua muito nessa questão e acho que a presença dele aqui hoje é mais uma demonstração do compromisso com esse plano e com

essa política, quero agradecer as palavras gentis. O Carlinhos, que está sendo um lutador aqui na região e é muito bom a gente poder contar com um Subprefeito assim, com essa disposição que o Carlinhos tem demonstrado, conhece muito a região e tem revelado um grande compromisso com a nossa região. A companheira Núria da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Cumprimento a todos vocês que participam aqui hoje, cumprimento a todos vocês que participaram da eleição do Conselho Participativo, que se candidataram, que apoiaram e os que foram eleitos, acho que realmente é um importante canal que vai ter para a sociedade possa atuar mais junto à política do município. Cumprimentar a Câmara e a Prefeitura pelo trabalho que tem feito de realização de debates, seminários, audiência, são dezenas que estão sendo feitas, e isso é um trabalho elogiável.

Mas eu queria colocar, Vereador Police, que acho que tem uma questão anterior ao que está sendo discutido, que eu não vi ainda no plano, mas o plano está sendo discutido justamente para poder agregar as contribuições em todos os sentidos. Eu acho que o Poder Público, que o estado, que o governo, que a sociedade têm perdido a capacidade de planejar, de pensar grande, de pensar longe na definição da sua política, quer no Governo Federal, quer no Governo Estadual e quer no Governo Municipal. Eu acho que nos últimos anos, na última década principalmente, na verdade eu acho que é mais longe do que isso, por uma série de questões, principalmente pela política de beneficiar o sistema financeiro, que eles chamam de rentismo, e não a produção, não o planejamento, o Brasil, no caso a cidade de São Paulo, tem perdido essa capacidade de planejar mais longe. A gente vive administrando o dia a dia. Quer o Governo Federal, que faz de tudo para cumprir o superávit primário, compromete uma política para pagar o superávit primário. Um dia desses até questionei e aí um deputado falou “Mas precisa fechar as contas”, sabe aquela história da gente ter que trabalhar hoje para comer no dia de amanhã e não pensa, não consegue, não tem mais capacidade para planejar. E a mesma coisa aqui no município de São Paulo e os municípios estão todos aí vivendo correndo atrás e uma ambulância, atrás de asfalto, atrás de uma escola, atrás de uma unidade de saúde

e vêm perdendo a capacidade de planejar. O município, a região, o estado e a Nação e agora estamos vivendo aqui a elaboração do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Acho que é o momento para a gente procurar reverter esse quadro, pensar maior a cidade de São Paulo.

Acho que tem uma questão anterior, portanto, que é pensar a cidade de São Paulo, essa megametrópole, uma das maiores do mundo, 11 milhões de habitantes só aqui na Capital, 20 milhões de habitantes na metrópole, essa cidade se constituiu nessa que é uma das maiores metrópoles do mundo principalmente por conta da indústria que se instalou aqui. Por isso que São Paulo cresceu dessa forma, que atraiu gente do Brasil todo que veio para cá e que construiu uma das maiores indústrias do Brasil e do mundo, aqui na cidade de São Paulo, principalmente, e na Grande São Paulo. No entanto, em função de vários fatores, a cidade de São Paulo vem perdendo cada vez mais essa capacidade, as indústrias vão embora daqui e se instalam em Sorocaba, que deve ter três parques tecnológicos, Jundiaí deve ter dez, Campinas deve ser vinte e São Paulo não tem nem um mais centro tecnológico, parque tecnológico. Até tem algumas iniciativas de empresários que se juntam, se unem e tentam montar alguma área, mas São Paulo vem perdendo as indústrias que vão embora de São Paulo e se instalam aqui próximo e nós temos que pensar nisso, São Paulo voltar a ser, na verdade nunca deixou de ser, apesar de perder muito aceleradamente essa condição, mas ela é o coração do Brasil, a chamada locomotiva do Brasil, onde estão as principais indústrias, principais escolas, principais universidades, principais hospitais. São Paulo precisa retomar esse pensamento grande para poder pensar no seu Plano Diretor e nós achamos que a indústria tem que ter um papel destacado na cidade de São Paulo, voltar a ter parques tecnológicos, centros tecnológicos, ou outro nome que seja. Aqui tínhamos na Leopoldina uma área industrial grande que se desenvolveu porque era próximo da ferrovia, próximo da rodovia, se instalaram as escolas para formar, para capacitar a mão de obra para poder fornecer mão de obra para aquelas indústrias.

Eu acho que nós temos que voltar a pensar nisso, centro tecnológico, indústria moderna, de ponta. Hoje nossa indústria é moderníssima, não é a indústria pesada que a gente

tinha de poluição, de barulho. Hoje em dia não, as indústrias estão assim em todas as áreas, seja metalurgia. Isso para que a gente possa, primeiro, ter a cidade do porte que São Paulo precisa e ajudar o Brasil a se desenvolver. Nós estamos perdendo indústria no Brasil todo, é a famosa desindustrialização do Brasil. Daqui a pouco nós vamos voltar a ser país para fornecer, já estamos, matéria prima e importar produtos manufaturados, você exporta a cana e importa o etanol, exporta petróleo e importa gasolina, como já acontece, num país como o nosso, com a capacidade, com as riquezas naturais que nós temos, com a matéria prima que temos e com a capacidade de conhecimento que temos. E é São Paulo que pode ter isso, nenhuma outra cidade do Brasil vai conseguir, nem a longo prazo, ter essa capacidade, porque São Paulo ainda tem escola que rapidamente pode preparar mão de obra para essa indústria mais desenvolvida que a gente pode gerar. Acho que o Plano Diretor tinha que pensar isso, pensar mais ousado, do tamanho da cidade de São Paulo, a gente voltar a pensar estrategicamente a nossa cidade.

Eu acho que a região comporta um centro tecnológico, nós temos área para isso, estamos perto das ferrovias, perto das rodovias, vai ser construída agora a faculdade de tecnologia, que forma ensino médio e universitário. A gente pode, inclusive, fazer acoplado a isso um centro tecnológico. Então vou trazer indústrias tais, vou atrair indústrias tais e vou, portanto, formar cursos nessas áreas para formar mão de obra para essas indústrias. E não basta apenas as isenções, porque as pessoas dizem: “Vamos dar isenção de IPTU, vamos dar isenção de ISS, isenção não sei do quê”. Não é só isso, porque aqui do lado, Sorocaba não dá apenas a isenção, ela dá o terreno para a indústria se instalar, dá o ônibus, dá de tudo para que a indústria se instale lá. Por isso precisamos ter uma política mais ousada, um terreno aqui em São Paulo vale ouro, a especulação imobiliária é incrível, então é lógico que a indústria que está aqui prefere ir embora e não vem outra para cá. Então a cidade precisaria ter um plano mais ousado nessa área, pensar mesmo, acho que não só aqui na região, mas acho que aqui na região comportaria um desses para formar mão de obra com qualificação, porque esse

negócio de cidade de serviços, não existe, é uma balela, porque uma cidade de serviços com 11 milhões de habitantes não tem como sobreviver. Nova Iorque, que não é exemplo e nem modelo, mas vamos citar como referência, está voltando a atrair indústrias, porque as indústrias foram para o Vale do Silício e agora estão voltando para Nova Iorque, porque não tem como uma grande metrópole sem ter uma indústria de transformação, que existe qualificação, portanto, puxa o ensino mais para cima. O que puxa o ensino para cima não é investir na educação apenas, é você ter a capacidade de ter escolas que formam mão de obra e ela empregar esse conhecimento, é isso que puxa a educação para cima e não apenas uma instituição em geral.

Peço desculpas por me estender nessa questão, mas acho que a gente tem que pensar. Em todo que você vai, qualquer município, qualquer estado, qualquer região, a gente vê todo mundo administrando o dia a dia, o minuto, o amanhã, tem que pagar isso e aquilo. Então essa questão da indústria é uma questão que eu queria que a gente pensasse mais, não abrisse mão, caso contrário vamos ter sérios problemas para frente.

Outra questão que queria colocar rapidamente é uma preocupação que o Plano Diretor –estou colocando em questões mais gerais – que está sendo inclusive questionado porque tem uma proposta de adensar próximo às avenidas, ou seja, permitir construção, a verticalização próximo às avenidas, as grandes avenidas da cidade de São Paulo. Eu acho que já estão bastante congestionadas, bastante ocupadas, acho que isso precisa ser revisto, não que não tenha lugar que possa crescer mais, mas acho que isso está equivocando, acho que precisaria repensar essa questão que já está sendo questionada. Imagina nas avenidas todas permitir construção máxima, tipo Avenida Paulista em todas as avenidas, Matarazzo, Marques e tudo o mais. Acho que essa é uma questão que a gente precisa repensar.

Sobre a região, só queria dizer o seguinte, citei várias obras, mas acho que uma questão chave é o viário da região, a região cresce, cresce, cresce e o viário, ou seja, as avenidas continuam as mesmas, ou seja, não tem como, vai parar. Qualquer criança sabe

disso e o Governo não adianta fechar os olhos e cruzar os braços porque uma hora vai estourar, pode não ser nesse, mas vai ser em outro. Então é melhor a gente já pensar já. Acho que a Raimundo precisa ser alargada, não tem como você ter uma via como essa, que agora com o rodoanel vai ser a principal fonte de ligação em toda zona Norte. Então tem que pensar e rapidamente, até você não construir nas via, evitar problemas mais tarde. A Raimundo tem que ser alargada, essas outras avenidas nossas, Filipe Pinel, Cantídio, Elísio, todas têm que estar num plano viário, já pensar nisso. Vai ter que desapropriar? Vai. Vai ter que quebrar os ovos? Vai. Mas acho que isso as pessoas são inteligentes e sabem quando uma coisa está sendo bem feito. Precisamos pensar nosso viário e particularmente a partir da Raimundo, com o alargamento da Raimundo Pereira de Magalhães, que eu acho que é a grande artéria da região.

- Manifestação na galeria.

A SRA. LIDIA CORREIA – Essas vias todas, a Filipe Pinel, Alex Jafet, as principais avenidas da região precisam ter um estudo para algumas duplicarem e algumas apenas alargarem, corrigir curvas. Acho que hoje tem engenharia para tudo. A gente precisa pensar nesses planos aí.

Teria mais algumas coisas, mas acho que o principal é isso. Estou de acordo com as questões que foram colocadas. Nós temos essa aldeia que precisa ser pensada, não dá para a gente fechar os olhos e infelizmente a gente fecha, mas acho que uma hora a gente precisa dar uma olhada nisso, ver como podemos ajudar nossos irmãos que vivem uma situação difícil.

Era isso que queria colocar, cumprimentar vocês pela participação e me colocar junto nessa luta. Um abraço a todos. (Palma)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a Lídia. Não tem nada que se desculpar, tem que apresentar, tem que falar. Acho que tem algo que a Lídia falou, que povo não é número em balanço, se não a gente fica imaginando que a nossa população é

número em balanço. População tem que ser observada partir do seu desenvolvimento e ela tratou de algumas questões e amanhã a gente tem mais uma audiência pública no território, em Perus, a tarde em Santana, mas tem algo que ela falou que é fundamental, entender qual é a estratégia do desenvolvimento econômico da região. Quando a gente assistiu a apresentação da Núria, ela deixou muito claro que tem um propósito do desenvolvimento metropolitano que não alcançou a zona Norte. Eu e o Vereador Nabil estamos discutindo muito como fazer com que essa macroárea de desenvolvimento metropolitano que não passa da marginal hoje, foi assim idealizada, possa reconhecer para esse nosso território aqui tanto a rodovia Anhanguera, porque ela é uma rodovia que é segregada, portanto, não tipo um, com à Bandeirantes, assim como a Raimundo, macroáreas de desenvolvimento metropolitano. Portanto, tende a uma acomodação disso que a Lídia falou de tanta importância, que é o emprego de qualidade. Durante um tempo a gente foi sonhando com uma cidade de São Paulo como uma cidade só de serviço, uma cidade quase silenciosa, uma cidade em que as pessoas não fariam nenhum ruído e seria absolutamente bucólico, seria quase possível escutar o ronco do bugio. Mas nenhuma cidade com 11 milhões e meio de habitantes você pode ter isso. São Paulo é uma cidade onde só o atrito dela produz intensidade e essa intensidade da indústria da transformação que gera riqueza, e não gera riqueza porque o industrial é bom, gera riqueza porque a nossa universidade pública forma quadros positivos para trabalhar nessa indústria. Não fosse a universidade pública e os institutos de pesquisa pública você não cria uma indústria forte. Então a gente fica imaginando que é o industrial que faz a grande indústria, não é não, é o povo brasileiro, em especial paulista e paulistano, que foi formada nas universidades públicas e também na rede do Senai, que faz com que você tenha uma produção industrial poderosa que concorre com o mundo, concorre aqui e concorre com o mundo. Então a gente precisa saber como ancorar isso, com dialogar bem com áreas de proteção ambiental que a gente tem no nosso território. E essa é uma questão para fazer às claras, não para fazer embaixo da mesa como era no passado, de esconder, que não sabe

onde vai. “Nasceu uma indústria no pé da serra”, aí fica todo mundo: “Tem sacanagem”. Não. É para fazer em cima da mesa, todo mundo sabendo. Essa é a questão fundamental, é ninguém se surpreende onde as coisas vão acontecer, seja da habitação digna, seja do emprego de qualidade. A gente não precisa mais se surpreender.

Para fechar, e eu agradeço muito a nossa sempre Vereadora Lídia.

O SR. EDILSON – Queria cumprimentar a todos, cumprimentar o Carlos, Subprefeito, a Núria, da SMDU, com quem estamos em vários momentos do processo do Plano, cumprimentar nossa guerreira e lutadora popular, sempre Vereadora Lídia Correia, e agradecer especialmente o Vereador Police pela conduta crítica e positiva no sentido de garantir o amplo debate das questões da cidade com a capacidade e eloquência que ele demonstrou aqui hoje e em diversos momentos ao longo dessa trajetória.

Para mim foi até uma carga de emoção muito grande participar do debate em Pirituba, porque embora eu seja do extremo da zona Leste, da Cidade Tiradentes, a primeira vez que eu ouvi direito da cidade, direito de regularização fundiária, ouvi falar de mutirão de autogestão, foi a partir das organizações populares aqui de Pirituba. A primeira vez que ouvi falar em organização popular foi a partir das contribuições do Henrique Pacheco, que foi Vereador, foi Deputado, é um militante da região, que até contribuiu para a construção de uma sociedade em que a partir da organização popular a gente consiga fazer uma cidade mais democrática e mais justa. Então tenho aqui a emoção de estar aqui com os lutadores que estão nessa mesa e nesse plenário e a emoção de homenagear as pessoas que têm contribuído para o desenvolvimento dessa região e para o desenvolvimento da cidade de uma forma geral.

O processo do Plano Diretor, como já foi dito aqui de forma muito clara e cristalina, recebeu as contribuições que vocês trouxeram aqui hoje nos formulários, quem trouxe, na fala do microfone, tem aqui um formulário, que é uma carta de porte pago, que a pessoa não precisa colocar selo, que ela ainda pode fazer, colocar no correio, mandar para a Câmara de Vereadores que a gente vai ter oportunidade de analisar e procurar dialogar com as questões

que forem colocadas, o *site* da Câmara Municipal também é um canal onde as pessoas podem levar suas contribuições e ele está aberto a essas contribuições. A gente ainda tem uma série de audiência, amanhã tem audiência em Perus, aqui na região, tem em Santana na parte da tarde. Dia 19 de dezembro, quinta-feira, às 19h, segunda-feira, a Núria está me lembrando, às 9h temos debate sobre a macroárea de vulnerabilidade e sobre a macroárea de desenvolvimento urbano, na Câmara. A noite tem em Santo Amaro. Na quinta-feira, dia 19, tem a chamada audiência síntese, que vai procurar resumir todo esse processo bacana que tem acontecido na cidade para poder refletir sobre o Plano Diretor.

O objetivo central do Plano Diretor é ao tentar construir uma cidade mais equilibrada, emprego próximo do emprego e emprego próximo da moradia, é também pactuar o território da cidade. A cidade é construída pelos agentes políticos que efetivamente militam nessa cidade. Então as questões que vocês colocaram aqui têm muito a ver com essa ideia de como pactuar adequadamente o território da cidade.

São Paulo tem até uma certa vanguarda no sentido de fazer esse bom debate no sentido de construir boas legislações. Aqui as questões, especialmente relativas à regularização fundiária que foram colocadas aqui, elas podem sim ser aperfeiçoadas pelo debate do Plano. Em primeiro lugar pela marcação de um bom mapa de ZEIs, como vem sendo feito, o esforço que tem que ser feito no processo do Plano. Você tem um esforço grande, eu sou testemunho do esforço da Secretaria da Habitação junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, junto com a Secretaria do Meio Ambiente no sentido de poder equalizar esses eventuais conflitos que tem na cidade para ter um avanço na marcação de novas Zonas de Interesse Social para poder viabilizar a regularização fundiária. Desde 2009 a gente tem uma legislação federal que procurou simplificar os procedimentos da regularização fundiária. Em São Paulo essa lei foi incrementada inclusive por uma iniciativa do Vereador Police Neto, que está aqui presente. Então a gente já tem um bom instrumental para que essa pactuação pública possa ser de fato uma realidade na cidade.

Essas contribuições que vocês trouxeram são fundamentais para nossa reflexão. O Vereador Nabil Bonduki, que hoje não pode estar aqui, porque está fora da cidade, num outro compromisso que não tinha como estar, pediu que a gente viesse também ajudar a colher essas contribuições e ajudar a transformar essas contribuições em propostas de aperfeiçoamento do Plano. Essa é a nossa expectativa de poder contribuir e aperfeiçoar o trabalho já feito pela Prefeitura.

A gente encerra essa etapa de audiências pública nessa semana, retoma o trabalho já na primeira semana de janeiro e a gente espera que no primeiro semestre do próximo ano possa consolidar uma boa proposta de Plano Diretor para a cidade.

Evidentemente, agradeço muito a oportunidade de estar neste debate com vocês e chamo todos a contribuir nesse tempo que nos resta no processo do Plano e agradeço a deferência me dada pelo Vereador Police Neto e a oportunidade de encerrar esta audiência pública.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não é deferência nenhuma, é o compromisso com quem trabalha, por isso a gente encerra dessa maneira.

Diz o nosso encerramento o seguinte: “Não havendo nada mais a ser tratado”. Nós sabemos que tem muita coisa a ser tratado, mas é assim que a gente encerra no dia de hoje. Agradeço a Núria, que foi uma guerreira para chegar até aqui, agradecer a equipe do Nabil, a nossa equipe de funcionários, mas agradecer em especial a cada um de vocês que veio até aqui, porque sem vocês não existe audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas)